

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2020:** *Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Oliveira de Azeméis, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, sob a Presidência de Joaquim Jorge Ferreira, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.* ===

===== Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, **María Augusta Silva Correia.** =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.=====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início ao período Antes da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos e a todas. Caros colegas, cumprimentar também a D. Augusta Correia, a comunicação social e os Oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Dar-vos duas breves notas: A primeira delas, em nome de todo o executivo, associarmos ao momento difícil e à dor da Direção do Cesarense, porque perdeu um dos seus Vice-Presidentes. Portanto, manifestarmos aqui a nossa solidariedade e naturalmente, apresentarmos em nome de todo o executivo sentidos pêsames que estendemos sobretudo à sua família e aos seus amigos. Dar também nota sobre o COVID no nosso concelho. Temos neste momento trezentos e vinte e nove (329) casos desde o início da pandemia. Teremos em princípio, mantendo-se aquilo que é a taxa de recuperação existente no concelho, 80% das pessoas recuperadas e temos em vigilância ativa cento e sessenta e cinco (165) municípios. Estes últimos focos de infeção resultam de várias componentes, mas sobretudo de reuniões de natureza familiar. Quer isto dizer o quê? Que não são casos de origem em IPSS’s, em instituições, nas escolas, ou lares. São casos que resultam também de um aumento do número de testes que são efetuados, seja pelas empresas, seja também em resultado do internamento de algumas dessas pessoas. Pessoas que vão ser sujeitas a intervenções cirúrgicas e que são testadas antes. Portanto, temos aqui um aumento do número de casos - segundo informações do Dr. Pedro Ferreira, o nosso Delegado de Saúde – que resultam, sobretudo na sua grande maioria, de reuniões familiares. É importante sublinhar que neste momento, no Centro Hospital de Entre o Douro e Vouga, temos nove (9) pessoas internadas. Nove (9) pessoas dos vários concelhos, o que quer dizer que o nosso centro hospitalar tem ainda uma grande disponibilidade em termos de capacidade de resposta a esta situação COVID. Está internada uma (1) pessoa de Oliveira de Azeméis. Nenhuma pessoa de Oliveira de Azeméis está

nos cuidados intensivos. Portanto, dizer-vos que sobre o ponto de vista do internamento hospitalar, não temos nada de especialmente relevante e na grande maioria destes casos de infeções, estamos a falar de pessoas completamente assintomáticas. São pessoas que são testadas e revelam a infeção, mas efetivamente não apresentam, na grande maioria dos casos, nenhum sintoma. Portanto, a mensagem é sempre a mesma desde o início e a que necessariamente terá que continuar até ao fim desta pandemia: responsabilidade individual para termos sucesso coletivo. Responsabilidade coletiva para termos sucesso no combate a este vírus terrível. Portanto, é continuarmos este trabalho de forma articulada entre todos os agentes de proteção, seja de natureza civil, seja de saúde, seja de segurança. Fazemos este trabalho articulado no sentido de protegermos a nossa população e perante os casos que eventualmente surjam termos preparadas as respostas que permitam salvar vidas, porque é disso que se trata. Portanto, tranquilizar-vos, em relação ao número de casos no concelho. Estamos a falar de casos na sua grande maioria, na esmagadora maioria mesmo, casos assintomáticos, o que quer dizer que essas pessoas não correm nenhum tipo de perigo, embora naturalmente como sabemos, poderemos estar perante casos onde a doença se desenvolva, mas não é isso que se tem verificado. Aquilo que se tem percebido é que as pessoas acabam depois por testar negativo e não tiveram nenhum problema de saúde e isso é muito bom. É muito bom também que esta população de pessoas infetadas sejam pessoas saudáveis ... porque naturalmente se tivessem esse tipo de patologias associadas, estariam internadas e não estariam a fazer eventualmente o isolamento profilático em suas casas. Era isto que tinha para vos dizer e agora, naturalmente, abro o período de “Antes da Ordem do Dia” para as vossas intervenções e questões que queiram colocar.” =====

===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos. Bom dia a quem nos ouve através da Azeméis FM. Eu não sei se é perceptível com a máscara aquilo que eu vou digo?”
Senhor Presidente: “Para nós é, agora não sei se para as pessoas... Eu aconselhava a tirar.”
Senhora Vereadora Carla Rodrigues: “Pronto, como estamos com algum distanciamento eu se calhar vou tirar, para que seja perceptível, porque as máscaras abafam imenso aquilo que é a nossa voz. Senhor Presidente, também nos associamos, obviamente, ao voto de pesar pelo falecimento do Vice-Presidente do Cesarense, endereçamos também as nossas mais profundas condolências à família do Vice-Presidente e obviamente a toda a família do Clube Cesarense. Em relação aos números do COVID: É a nossa preocupação, com este aumento que tem havido de casos. E portanto, esperar que efetivamente não haja o continuar do agravar da situação e que seja apenas um período temporário, fruto - precisamente daquilo que o Sr. Presidente disse - das reuniões familiares e que agora entre tudo novamente no controlo. É essa a nossa esperança, mas lamentamos muito estes números que têm vindo a aumentar diariamente e que muito nos preocupa. Senhor Presidente: Eu tenho que voltar ao tema do arranque do ano letivo. E vou voltar a este tema hoje e quantas vezes forem necessárias, enquanto os problemas do seu arranque e esta situação não estiver ultrapassada. Acho que é essa também a nossa função enquanto

Vereadores da oposição, chamar a atenção para aquilo que não está bem, dar voz àquilo que são as preocupações da comunidade educativa e tentar de alguma forma ajudar a que as coisas melhorem e corram de forma diferente do que têm corrido. Ao ouvir o Senhor Vereador na Assembleia Municipal a dizer que se regozijava com o arranque deste ano letivo, leva-nos a perguntar: De que concelho estamos a falar? Estamos a falar de Oliveira de Azeméis? Porque regozijo significa alegria, prazer, júbilo, satisfação, e este ano letivo arrancou sob a sombra de uma pandemia, com restrições à liberdade individual de cada um, com o medo da doença, com a preocupação dos pais, com a aflição dos Diretores dos Agrupamentos para que tudo corra bem. Portanto, isto para nós é tudo menos regozijo. Este ano letivo arrancou sob uma nuvem negra que não pode efetivamente, deixar-nos regozijados. Este ano letivo no seu arranque, mereceu manifestações de pais de alunos preocupados com as condições das escolas dos seus filhos, mereceu comunicados de Associações de Pais, mereceu abaixo-assinados que andam a circular nas populações. Portanto, isto não pode ser regozijo do Senhor Vereador da Educação. Isto tem que merecer sim, a solidariedade do Senhor Vereador da Educação com todas estas situações que se têm verificado neste arranque atípico do ano letivo. Nós efetivamente, os Vereadores do PSD, não se regozijam com este arranque, sobretudo porque a Câmara Municipal falhou naquilo que eram as suas principais obrigações. E eu não vou repetir à exaustão aquilo que nós já temos vindo a falar e sabemos que aconteceu, mas eu tenho que dar voz, expressar aquilo que são efetivamente as falhas mais graves que se sucederam neste arranque do ano letivo. O ano letivo deveria ter sido planeado atempadamente, devido sobretudo, ao momento especial que vivemos, e isso não aconteceu. Deveria ter havido uma estreita colaboração entre a Câmara Municipal, os Agrupamentos de escolas e isso também não aconteceu. Devia ter havido reuniões de trabalho entre os Diretores, entre a Divisão da Educação e Associações de Pais. Reuniões com todos os agentes para se perceber mutuamente quais eram as necessidades de cada Agrupamento. Isso não aconteceu. Deveriam ter sido contratados os assistentes operacionais, porque sabemos que as falhas não são de hoje, nem são de ontem. Já temos vindo a falar nos últimos anos. Já há um ano atrás o Senhor Presidente admitiu esse problema e comprometeu-se a breve trecho resolver o problema. Passou um ano e andamos agora à última hora, a contratar assistentes operacionais. Portanto, isso também não foi planeado. Deveriam ter sido entregues nas escolas atempadamente, equipamentos de proteção, nomeadamente para os assistentes operacionais que são da responsabilidade da Câmara Municipal. Isso também não aconteceu. Deveriam ter sido fornecidos os produtos de limpeza, os desinfetantes, os produtos para a higienização dos espaços. Isso também não aconteceu. Deveriam ter sido planeados atempadamente os planos de transporte. Isso também não aconteceu. Ou seja, a verdade é que já não se pode recuperar o tempo perdido. O que correu mal, correu mal. O que nós podemos, é colmatar as falhas que ainda existem porque o arranque do ano letivo não se esgota na primeira semana de funcionamento - o ano letivo vai ser todo ele difícil e atípico -, nós gostaríamos de deixar aqui algumas sugestões, alguns conselhos de atuação daquilo que é, em nosso entender, aquela que deveria ser a atuação da Câmara Municipal face a esta circunstância. Deixo-lhe estas sugestões ao Senhor Vereador,

porque o Senhor Presidente já se percebeu que não dá grande importância à educação no nosso concelho.” **Senhor Presidente:** “Tem toda a razão.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Por tudo aquilo que tem vindo a dizer, já percebemos que olha para a educação como um custo e não como um investimento. E portanto, nós deixamos estas sugestões sobretudo ao Senhor Vereador que consideramos que ainda tem alguma preocupação – e é essa a sua área de atuação - com a educação no nosso concelho. Portanto, com aquilo que ainda se pode fazer para melhorar o que vai ser um ano letivo sem dúvida, difícil para todos. Portanto, o que é que nós sugeríamos Senhor Vereador? Que vá às escolas. Que não vá fazer uma visita de cortesia de quinze minutos, mas que vá efetivamente às escolas falar com as pessoas, falar com os Diretores, ver no terreno aquilo que se passa e que é a melhor forma de nós percebermos o que é que não está bem. Depois, sugeríamos que reunisse uma equipa que de forma regular e periódica reunisse para fazer a gestão daquilo que tem sido o ano letivo. Há situações que vão surgir, há respostas que têm que ser dadas. Nós sugeríamos uma equipa que tivesse uma periodicidade de reunião que depois pudesse ser definida e que fosse constituída pelo Senhor Vereador, pelos Diretores dos Agrupamentos, pela Proteção Civil. Se possível também, com o Senhor Delegado de Saúde para irem acompanhando aquilo que é o desenrolar dos acontecimentos, para irem traçando um plano de ação e sobretudo, para que haja troca de informações entre todos estes agentes, para que efetivamente se possa dar uma resposta imediata se alguma situação surgir e que se possa fazer um balanço do que está feito e daquilo que se pode fazer para melhorar. Uma equipa multidisciplinar que tivesse uma reunião periódica, semanal ou quinzenal, não precisa de ser uma reunião de três ou quatro horas, para se fazer um ponto de situação. Isto parece-me que era importante para dar resposta a algumas das necessidades. Depois, obviamente que se coloquem assistentes operacionais nas escolas. Sabemos que há funcionamento de CAF’s que estão em risco, há funcionamento de aulas de educação física que estão em risco, isto porque os Agrupamentos não têm assistentes operacionais para garantir o funcionamento de todos aqueles que são os seus serviços, de todas aquelas que são as suas competências. Portanto, tentar agora já tarde, mas tentar a todo o custo colmatar esta falha que é gravíssima e é apontada por todos como uma falha mais grave. Depois, que também reúna com a Transdev e que tente resolver os problemas que ainda subsistem no transporte escolar. É obvio que estas regras impostas trazem custos acrescidos para as operadoras de transportes, mas isso terá que ser alvo de uma negociação e obviamente que terá que ser alvo de um entendimento, porque esses custos acrescidos, naturalmente terão que ser partilhados e pagos. Portanto, terá que haver uma negociação e terá que haver reunião para que efetivamente as regras nos transportes escolares sejam respeitadas. Depois, há obras em alguns Agrupamentos que são absolutamente urgentes. Só para lembrar, o caso das casas de banho da Escola de Lações. Efetivamente é uma situação de indignidade e portanto, é uma situação que é absolutamente urgente, mas há outras e isso tem que ser também resolvido no mais curto espaço de tempo, não pode passar mais um ano letivo - é isso que queremos dizer - com estas circunstâncias. E depois Senhor Vereador, reúna com mais regularidade o Conselho Municipal de Educação. É um órgão consultivo onde estão representados todos os agentes da educação do concelho e portanto, é um

órgão que pode ser muito útil, com várias perspectivas, com várias opiniões que deveria sobretudo num ano atípico como este, reunir com mais regularidade para que também a vereação possa aproveitar esta ferramenta. Portanto, tem ao seu dispor para ajudar a melhorar aquilo que tem sido as condições das nossas escolas. Posto isto, eu gostaria de perguntar também sobre a Escola de Fajões. O que é que se passa com as obras da Escola de Fajões? Porque é que ainda não arrancaram? O que é que está a faltar? O que é que se passa com esta situação? Fechar para já, este capítulo da educação: Eu gostaria de falar também, muito resumidamente, sobre uma petição que veio a público, que está a circular, sobre a construção de uma ligação de nível na Estrada Nacional 326. É uma aspiração dos Fajoenses, é um abaixo-assinado, uma petição, uma iniciativa de cidadãos e portanto, que vem trazer a público e vem reivindicar uma daquelas que é uma aspiração antiga dos Fajoenses, mas também de algumas populações vizinhas, como Cesar, Escariz, Milheirós. Eu li a reportagem no Correio de Azeméis e li que o Senhor Presidente já foi ao local, já avaliou o investimento... nós não sabemos se o investimento é de um milhão, ou de um milhão e meio, não sabemos se a saída mais à frente, em Romariz, fica mais barato ou não, mas acho que deveria este assunto... Portanto, eu não sou especialista, não me vou pronunciar sobre essas questões de pormenor, mas acho que este assunto deveria merecer uma atenção da Câmara Municipal e deveria merecer uma atuação junto do Ministro das Infraestruturas, principalmente porque é nosso vizinho, deve estar mais sensibilizado para a situação do nosso território, até porque o conhece bem. Acho que este assunto deveria merecer uma atenção especial também do Senhor Presidente e do Executivo. Exercer a pressão que for necessária para dar resposta a esta aspiração da população do nordeste do concelho, que é uma aspiração válida e que faz todo o sentido. Nada se faz sem custos obviamente, mas se efetivamente faz todo o sentido sendo uma aspiração daquelas populações, deve ser pelo menos estudada esta possibilidade e ser levantada esta possibilidade aos decisores políticos que têm o poder para alterar aquilo que é o projeto que já está em curso. E para já, era só.” =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador José Campos**, que fez a seguinte intervenção: “Muito obrigado Senhor Presidente. Muito bom dia a todos, aos que estão aqui, os que nos ouvem e veem lá em casa. Senhor Presidente, eu queria falar do Centro de Línguas: É público, o Centro de Línguas tinha previsto o início do seu ano letivo para ontem, dia 23. Não aconteceu, vai ser adiado. No comunicado que nós lemos no Facebook, preveem que seja adiado para o dia 30, mas daquilo que vamos percebendo, não há ainda certezas e o que se passa aqui, é público também, tem a ver com a falta de instalações que lhes estavam destinadas, pelo facto das obras no antigo Centro de Saúde ainda não estarem concluídas e portanto, eles não poderem abrir o ano letivo de forma presencial, conforme estava previsto. Preocupa-nos a todos certamente, mas preocupará seguramente em particular às muitas centenas – não tenho presente quantos alunos são exatamente – de alunos, aos pais de muitas crianças e jovens e obviamente aos professores e a todas as pessoas que estão ligadas ao funcionamento do Centro de Línguas. Mas aqui o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem que assumir as suas responsabilidades*

e aquilo que nos parece, francamente, é que a Câmara Municipal falhou. E aqui coloca-se desde já três questões: A primeira é se é possível sabermos, ou termos presente, quando é que se poderá realmente iniciar o ano letivo no Centro de Línguas? Em que instalações? Provisórias, mas em que instalações? E em que condições? Sabendo nós, ainda por cima, que estamos num ano de pandemia e portanto, as condições sanitárias, os espaços que possam ser encontrados têm que as ter. E quando eu digo que neste caso a Câmara Municipal falhou, pelo menos, desde maio, numa última reunião de Câmara que tivemos em 28 de maio, quando nós fizemos aqui um ponto de situação sobre as obras no antigo Centro de Saúde e algum atraso que já se começava a verificar, foi dito que o que estava em falta era uma autorização da parte da ACT para a remoção do telhado de amianto. O Senhor Vereador Hélder nessa mesma reunião, teve a oportunidade de dizer “ já tenho a informação de que essa autorização já está” e o Senhor Presidente e muito bem, nessa reunião, também disse que mais do que preocupado de quando é que os serviços poderiam passar para as instalações do antigo Centro de Saúde, porque esses, mal ou bem, neste momento, tinham colocação, estava era preocupado com o arranque do ano letivo em setembro exatamente porque o Centro de Línguas estava a contar com o espaço. Portanto, desde maio até agora passou algum tempo e se essa era uma preocupação sua, porque provavelmente previa já nessa altura que o antigo Centro de Saúde pudesse, ou pelo menos havia essa possibilidade, de não estar pronto nesta altura... Passaram quatro meses. E chegamos, passados quatro meses, à situação pelo menos neste momento, de impasse. Não sabemos em que instalações é que vai funcionar. O que é que foi feito por parte da Câmara Municipal para encontrar alternativa. Eu recorro que o Senhor Presidente e bem, tem dito por diversas vezes que nos casos em que a Câmara Municipal está a terminar com o pagamento de rendas, portanto, de rendas onde estão albergados serviços, ou outras atividades, que a Câmara Municipal tem sempre o cuidado de acautelar, que essas atividades ou esses serviços, não fiquem sem sítio para poderem funcionar. Inclusive, pondo até a hipótese em alguns casos prolongar os contratos por mais algum tempo. A verdade é que no que diz respeito ao Centro de Línguas isso não aconteceu e chegamos a uma situação em que de facto era importante haver aqui respostas claras, para que mais este problema que agora existe e de alguma forma relacionado com a educação, seja resolvido. O que lá vai, lá vai, mas era importante sabermos aquilo que foi feito ou não, não só desde o início de setembro por parte da Câmara Municipal, mas desde já há algum tempo. Que diligências é que a Câmara Municipal fez para tentar, atempadamente, e não reativamente resolver esta questão. O que pensa fazer e dar resposta àquelas três perguntas iniciais e que acho que são fundamentais e que são essas que as pessoas querem ver resolvidas e respondidas. Pedir-lhe também que nos fizesse o ponto de situação e quando é que podemos prever que de facto o antigo Centro de Saúde esteja disponível? Porque nós começamos, recordo-me, no final do ano passado em reuniões com previsões de que em março/abril as instalações poderiam estar disponíveis e que as obras estavam a decorrer muito bem. No início do ano, em janeiro, numa reunião de Câmara que tivemos, também estavam. Depois, no início de maio, as coisas já não estavam a correr tão bem e chegamos a esta altura e não temos o espaço ainda funcional.” =====

=====
*O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Ana de Jesus**, que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Uma nota prévia à minha intervenção e uma vez que as reuniões de Câmara não têm que ser propriamente monólogos, e na sequência da intervenção da Dra. Carla, eu não ficaria bem comigo se não lhe dissesse que me associo à alegria do Senhor Vereador pelo reinício da escola. E essa minha alegria solidifica-se cada vez que eu atendo uma família na CPCJ e vejo a alegria dos miúdos em regressar, vejo o alívio dos pais porque já perceberam que manter os miúdos em casa era excluí-los, era fazer com que muitos deles deixassem mesmo de ter lugar nesta sociedade. Por isso, com todos os riscos, com todas essas debilidades, eu fico muito feliz por ter sido possível esta abertura depois desta paragem que nós vivemos... A felicidade passa também por isso, pela possibilidade. Todas as escolas no país fizeram um esforço no sentido de lidar com esta pandemia, tendo perfeita noção que Oliveira de Azeméis não vai ficar fora das situações que estão a acontecer no país. Os colégios privados que foram aqueles que foram notícia nas televisões, com grandes planos de contingência, com muito mais facilidade de intervenção do que as escolas públicas, que são muito menos massificados, são os primeiros a encerrarem muitas salas. Portanto, não vale a pena... Por todos os riscos, eu acho que valeu a pena o esforço, com a certeza que estaremos todos sensíveis a algumas fragilidades. Estaremos todos cá com certeza, para tentar ir resolvendo. Agora, planos perfeitos neste contexto é muito difícil, mas fico muito contente por ter havido um esforço de toda a gente para que as escolas abrissem, porque elas fechadas sim, isso é que seria uma tragédia. Essa é a minha perspetiva pessoal. Quanto à minha intervenção, queria fazer-vos um convite. No próximo fim-de-semana, Oliveira de Azeméis vai concretizar um projeto que tinha já desde o início na área cultural, que era trazer novamente o cinema à programação de Oliveira de Azeméis. O nosso concelho teve já no passado um histórico na área do cinema, temos pessoas em Oliveira de Azeméis associadas a esse histórico e pelo seu gosto pelo filme, vão poder deixar-nos registos sobre a nossa história fundamentais e portanto, achamos sempre que o cinema tinha que regressar a Oliveira de Azeméis. Vamos dar o pontapé de saída com um festival de cinema que será um pouco diferente dos restantes festivais do país, no sentido em que o que vem a concurso são os filmes premiados nas últimas edições do Fantasporto, do Leffest, do cinema de Avanca. Portanto, escolheu-se os melhores filmes premiados e desses vamos escolher o melhor. Serão três dias de cinema. À sexta-feira se as escolas estiverem abertas, pelo menos as escolas da cidade, serão elas as primeiras a serem convidadas a virem ver cinema de animação. Na sexta-feira à noite teremos então a sessão de abertura que terminará já com a exibição do primeiro filme a concurso. No sábado, teremos um workshop sobre cinema e teremos mais filmes a serem exibidos. Domingo, da mesma forma e terminaremos depois com a sessão de encerramento. Não terminaremos aí, porque depois teremos um cinema em Drive In no parque de estacionamento Abílio Campos com um dos filmes mais votados durante este festival, mas queria convidar-vos. Hoje será o anúncio à comunicação social, mas acho que estamos em reunião de Câmara e este convite tinha que vos ser dirigido pessoalmente. Gostaria muito de que nós estivéssemos, principalmente - mesmo não*

gostando de cinema -, na sessão de abertura e na sessão de encerramento, porque esperamos ter lá alguma dessa nossa história, pessoas que merecem que lá estejamos. Acho que seria de certa forma, com todo o risco e com toda a vontade às vezes inicial de não arrancar com nada nesta fase, tentámos de forma segura fazer com que a cultura não feche portas, seja uma realidade no nosso concelho. Portanto, estão convidados, depois chegar-vos-á o convite mais discriminado, mas seria um gosto ver-vos lá, porque acho que até as pessoas que lá estarão, e que fazem parte dessa nossa história, gostariam de ver que a comunidade se associou a este momento. A minha intervenção era para vos convidar de forma pessoal, depois chegará o convite por e-mail.” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Lopes**, que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos, muito obrigado Presidente. Eu queria trazer aqui dois assuntos e gostava de lhe pedir, Senhor Presidente, que nos pudesse esclarecer. Um deles vem na sequência de um assunto que o Dr. Ricardo Tavares abordou aqui na reunião passada - se não estou em erro -, acerca dos trabalhos que estavam a ser feitos frente à Escola Fonte Joana e que de alguma forma interferiu e muito com uma obra escultórica que tem um autor, o escultor João André, de homenagem aos Combatentes. Aquilo que o Senhor Presidente nos disse, foi que tinham falado com o escultor e que ele tinha dado autorização para fazer aquelas alterações que lá se verificam. Nós tivemos a oportunidade, eu não quero desmentir o Senhor Presidente, como é natural ...” **Senhor Presidente**: “É bom que não o faça.” **Senhor Vereador Rui Lopes**: “E não quero. Daí ter tido o cuidado...” **Senhor Presidente**: “Se o fizer vai-lhe correr mal.” **Senhor Vereador Rui Lopes**: “Nem vai correr mal nem bem, Senhor Presidente...” **Senhor Presidente**: “Não, eu estou a dizer desmentir. Porque nós temos efetivamente a resposta do artista, do autor.” **Senhor Vereador Rui Lopes**: “Pronto, então deixe-me só terminar a minha intervenção. Eu tive oportunidade de falar com o escultor - de quem sou até amigo pessoal, mas isso não importa para o caso - e aquilo que me foi transmitido pelo próprio escultor, foi que efetivamente tinha conversado com a Câmara, julgo que até com o Senhor Vice-presidente ...” **Senhor Presidente**: “Não, que eu saiba não, Senhor Vereador.” **Senhor Vereador Rui Lopes**: “... E que aquilo que ele pediu à Câmara Municipal e ficava desde logo muito agradado pela intervenção no espaço, não deixando de ter presente que aquele trabalho tem uma memória descritiva e desde que se mantivesse, restaurasse, recuperasse aquele piso nos materiais que lá estavam. Ele estava perfeitamente aberto e agradecido a que a Câmara Municipal interviesse no espaço, mas mantendo os materiais que lá estavam porque aquilo tem uma mensagem, tem uma simbologia, tem uma memória descritiva. Segundo o próprio escultor, a transformação que ali foi feita e eu não faço nem questiono se está mais bonito ou mais feio, não faço qualquer tipo de referência a essa questão, isto é tudo muito relativo e subjetivo, a verdade é que, e palavras do escultor, aquilo deixou de ser uma escultura, deixou de ter uma simbologia e passou a ser um elemento decorativo. Sublinho, não desminto o Senhor Presidente, não tenho dúvidas que o próprio falou com a Câmara, e estava convencido que na pessoa do Dr. Rui Luzes Cabral. Ao que parece não foi. Não faço, nem duvido que não tenha sido, o que eu digo e afirmo, é que o próprio escultor se mostrou*

desagradado quanto ao trabalho que ali foi feito, uma vez que o piso faz parte do elemento escultórico e havendo uma memória descritiva na Câmara e aprovada por outras entidades e várias pessoas, hoje passou a ser, segundo ele, um elemento decorativo. Portanto, não se revia no projeto que lá está neste momento. O segundo assunto: Tivemos a oportunidade de ver um aviso da CCDR-N, relativamente a candidaturas na área da mobilidade urbana sustentável. Eu próprio tive oportunidade de há algumas semanas atrás, o transmitir ao Senhor Vereador Hélder Simões e uma vez que esta candidatura termina a 30 de setembro e que já foi falado aqui - e o Presidente já se mostrou, e bem, bastante preocupado com a questão da mobilidade do concelho, que foi aqui discutida e que o Presidente já mostrou quais são as suas preocupações - eu gostava de perguntar: Que passos é que foram dados e se a Câmara Municipal, mediante esta candidatura, vai ou não apresentar algum projeto?” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares**, que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Senhor Presidente, quatro questões: Primeira: Tenho visto com alguma preocupação as notícias que têm saído nas últimas semanas no Correio de Azeméis, a dar nota da situação de famílias carenciadas no nosso concelho. Na semana passada foi sobre uma família do Pinheiro da Bemposta; esta semana de Cucujães e eu queria perguntar ao Senhor Presidente se a Câmara Municipal não tem o levantamento destas situações? Temo que estas situações voltem a repetir-se nas próximas semanas. Isto está na comunicação social e é público. Nós entendemos que a política social concelhia deve ser preventiva e não reativa. Eu vejo a Câmara a reagir e não a prevenir e queria saber se efetivamente esse levantamento está feito e o que é que estas notícias, ou a publicidade destas situações, vai alterar ou não o modo de intervenção da Câmara Municipal relativamente ao conhecimento e à atuação, ou à prevenção de situações como estas que nós temos estado a assistir? Segunda questão: Anteontem, vi no Jornal de Notícias que o Ministro do Ambiente, o Eng.º Matos Fernandes, esteve em Lousada e divulgou que iria sair um anúncio na CCDR-N de um apoio de seis milhões de euros a seis municípios, entre os quais estava Oliveira de Azeméis, para o alargamento das redes públicas de saneamento. Eu queria saber se estes seis milhões de euros – presumo que tenha havido contactos, ou que estejam a ocorrer contactos entre a Câmara Municipal e o Ministério do Ambiente, no sentido da existência destes apoios para as redes públicas e que por isso é que Oliveira de Azeméis também foi mencionada pelo Ministro – e queria saber exatamente destes seis milhões, que percentagem é que cabe a Oliveira de Azeméis, ou se estes seis milhões são para ser divididos de forma igualitária pelos seis municípios? Porque se assim for, um milhão de euros é realmente - na nossa ótica - um apoio muito residual para as necessidades, presumo eu, quer dos outros municípios e de Oliveira de Azeméis ... a mim só me preocupa Oliveira de Azeméis. Se fosse uma grande percentagem, aí poderíamos congratularmos com esta situação. Terceira questão: O Senhor Presidente teve a amabilidade de me enviar a ata. Desculpe, a ata não, o resumo das intervenções que ocorreram no Conselho Consultivo deste ano e que eu desde já agradeço.... Estive a analisar esse resumo, não vou falar em quem esteve*

presente e não vou falar dos comentários das pessoas que intervieram. Nós já falamos da nossa discórdia relativamente à metodologia, à organização e à finalidade deste Conselho Consultivo nos moldes em que funciona, mas tenho que fazer este registo Senhor Presidente: eu não percebo porque é que não estiveram presentes nesta reunião do Conselho Consultivo, para além dos representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal, o representante da APICCAPS – Luís Onofre, o representante da AIMMAP – Eng.º Aníbal Campos, o representante da FENALAC – Santos Gomes e o representante do CENFIM - Nuno Silva. Isto tão só, porque são empresários Oliveirenses, ou que têm empresas em Oliveira de Azeméis com grande representatividade nacional, que lideram associações com grande representatividade nacional, com reconhecimento nacional e internacional e são de Oliveira de Azeméis, ou com empresas em Oliveira de Azeméis. Queria também deixar aqui esse reparo sobre o funcionamento deste Conselho Consultivo, respeitando claro a opinião e a escolha do Senhor Presidente, mas tinha que deixar aqui este reparo e dizer que não percebo porque é que não estiveram estas figuras que além de terem esta representatividade nas indústrias e na economia concelhia, também têm essa representatividade no país e até a nível internacional. E por fim, Senhor Presidente, perguntar-lhe qual é o ponto de situação da promessa eleitoral da construção da Praça Maior em Oliveira de Azeméis.” =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Muito obrigado, vamos então dar resposta às inúmeras questões que são aqui colocadas e vamos respeitar, naturalmente, a ordem das intervenções também. Em relação à intervenção da Dra. Carla Rodrigues: Bom, efetivamente, a Dra. Ana de Jesus com a intervenção que fez resumiu em boa parte aquilo que faria sentido dizer, porque aquilo que a Dra. Ana de Jesus sente, é o que qualquer cidadão normal do nosso país sente em relação ao arranque escolar, naturalmente excetuando a Dra. Carla.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Sim, porque eu não sou normal.” **Senhor Presidente:** “Aliás, chega mesmo a pedir um plano de contingência que o Vereador, supostamente informou existir em relação às escolas, numa reunião de Câmara, quando efetivamente o Senhor Vereador nunca fez tal afirmação. Bom, a Senhora Vereadora diz mal do Senhor Vereador na comunicação social, critica fortemente toda a atividade, todo o trabalho que foi feito pelo Senhor Vereador, pela Divisão de Educação, um trabalho absolutamente trágico, afinal mais um dado novo: o Senhor Presidente da Câmara não liga nada à Educação, vê a Educação como um número. Eu percebo bem essa mensagem. Aliás, repare que as suas intervenções, seja no âmbito do COVID, seja no âmbito do arranque escolar, são sempre intervenções que visam colocar em causa o trabalho que é feito, não só pela Câmara Municipal, mas pelos seus parceiros. E dizemos isso em relação a um conjunto vasto de aspetos. Se quisermos falar do COVID, veja as questões que colocou sobre o teletrabalho dos colaboradores, as dúvidas lançadas em relação à compra dos ventiladores, dos computadores, a conta solidária, a compra das máscaras e a sua distribuição pelos utentes, a questão que colocou em relação à distribuição*

dos EPI's pelas instituições, a questão dos testes que repetidamente trouxe para aqui defendendo, enfim, o seu uso generalizado, as suspeições permanentes sobre a disponibilização dos dados do COVID à população, que o Senhor Presidente da Câmara não fornece todos os dados que recebe, ou oculta, deve exigir, enfim... Tínhamos aqui um conjunto vastíssimo de suspeições em relação a esta matéria a que lhe junta agora um conjunto de outras observações, onde basicamente começa por dizer, a criticar o Senhor Vereador quando ele diz que se regozija pelo arranque do ano escolar. Eu regozijo-me muito pelo arranque do ano escolar. Agradeço, conforme disse, e regozijo-me pelo trabalho que foi feito pela Divisão Municipal de Educação, pelo trabalho que foi feito pela Câmara Municipal, o trabalho que foi feito pelos Diretores de Agrupamento, pelas Associações de Pais, pelo pessoal docente, pelo nosso pessoal não docente e por todas as pessoas que têm responsabilidade nesta matéria, incluindo alguns fornecedores. Portanto, eu regozijo-me com isso, como me regozijo com a capacidade de resposta que a Câmara Municipal tem dado nesta pandemia e também com a capacidade de resposta que o próprio país tem dado nesta pandemia, apoiando as famílias, apoiando as instituições, apoiando a economia, naturalmente dentro da medida das suas possibilidades. Portanto, eu tenho muito orgulho no trabalho que foi feito pela Divisão de Educação, pela comunidade escolar e tenho muito orgulho no trabalho que o meu País está a fazer por esta pandemia. É um trabalho que até tem sido referenciado, em muitos casos, um trabalho absolutamente extraordinário e portanto, naturalmente que isso não se deve ao Governo como é óbvio, não se deve à Câmara Municipal – deve-se a toda a sociedade. Portanto, eu não partilho dessa visão negativista, com essa carga negativa com que recorrentemente faz as suas intervenções. E portanto, é falso – deixo-lhe isto aqui de forma muito clara – que a Câmara tem falhado naquilo que são as suas obrigações. O arranque do ano letivo foi devidamente planeado, e não como diz, houve articulação entre a Câmara Municipal e todos os atores da comunidade educativa. Os assistentes operacionais Senhora Vereadora, já assumimos isso e voltamos aqui a reafirmá-lo para a tranquilizar, que é um problema. Mas é um problema que se estende a todo o país. Noventa e um por cento das escolas arrancaram com falta de assistentes operacionais. E se nós quisemos dizer que isso significa que as escolas arrancaram sem segurança, então pode dizer que 91% das escolas no nosso país, arrancaram sem segurança. Isso quer dizer que os senhores Diretores de Agrupamento, as Direções escolares, a própria Tutela, as Câmaras Municipais, foram absolutamente irresponsáveis e incompetentes porque deixaram que o ano escolar arrancasse quando não estavam reunidas as condições de segurança nas nossas escolas. Eu não partilho dessa visão e por isso partilho da visão da Senhora Vereadora Ana de Jesus que é absolutamente urgente e determinante que nós tenhamos o ensino presencial para o bem das nossas crianças, sobretudo para o bem das nossas crianças. Já aqui foi explicado, e explicado também no passado sábado na Assembleia Municipal, de que nós fizemos um esforço no sentido de contratarmos sessenta e cinco (65) assistentes operacionais que já foram disponibilizados às escolas, vamos ter também mais cinquenta e seis (56) funcionários a serem entregues muito rapidamente às escolas, doze (12) coordenadores de CAF's, quatro (4) monitoras de AAF's e mais quarenta (40) assistentes operacionais. Estamos a falar de mais de cem (100)

colaboradores, isso significa um esforço enorme que tem que ser feito. Mas deixe-me que lhe diga que este período entre a data em que se iniciou o procedimento concursal e o momento em que vivemos hoje, existem já um conjunto de assistentes operacionais, de colaboradores que meteram baixa, porque naturalmente estão com problemas de saúde. Trinta e uma (31) pessoas que meteram baixa neste período e portanto, talvez fique com uma ideia da complexidade deste processo. Diz que a Câmara falhou porque não entregou material de proteção individual para os assistentes operacionais que são da responsabilidade da Câmara. Está errada. O Governo assumiu a entrega do material de proteção individual a todos os assistentes operacionais das escolas, fossem eles funcionários camarários, ou não. É uma responsabilidade e uma competência do Ministério da Educação. Falou dos materiais de higienização, das máscaras, dessas coisas todas: Também não aconteceu. Não tem que acontecer. As Direções de Agrupamento receberam uma verba do Estado para fazer face a todas essas situações e se essa verba fosse insuficiente, seria reforçada. Aliás, os Diretores da DGEstE alertaram e oficiaram às Câmaras para não fazerem duplicação de entrega de material de proteção, porque essa era uma responsabilidade que incumbia ao Estado. Diz que não foram planeados transportes. É falso. Os transportes foram planeados e desde a primeira quinzena de julho que a Câmara Municipal solicitou aos Diretores de Agrupamento as suas necessidades de transporte e procurou articulá-las com essas Direções de Agrupamento. Algumas foram céleres, deram resposta. Outras, continuaram quase que até ao último dia sem dar resposta. Disse que não tivemos planos de transportes. Tivemos sim planos de transportes. Aliás, se quiser posso-lhe facultar alguns planos de transporte que tenho aqui e portanto, ficará com a ideia do trabalho que foi feito no domínio dos transportes. Terei todo o gosto em fazer-lhe chegar essa informação para perceber de que forma é que foram articulados os transportes. Vou-lhe mostrar todos planos de transporte que foram elaborados.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Assim não vejo.” **Senhor Presidente:** “Não precisa de ver, eu faço-lhe chegar. Se quiser consultar, eu faço-lhe chegar agora Vai vendo, e faço-lhe chegar outros quando acabar de ver esses. Acabou por dizer que tinha um conjunto de conselhos para apresentar ao executivo camarário: Há uma coisa que eu não vou fazer Senhora Vereadora, não vou deixar de lhe agradecer todos os conselhos que nos possa dar, porque nós não hostilizamos conselhos. Nós valorizamos os conselhos do executivo. Portanto, terei toda a atenção nesses conselhos. Agora não vou deixar que esses conselhos sejam informados, sejam politizados. Diz que o Presidente não olha para a Educação. Senhora Vereadora, falou e até vou socorrer-me de um exemplo seu: Falou das condições sanitárias da Escola de Lações. A Senhora Vereadora revela que não conhece minimamente a realidade do nosso parque escolar. As condições sanitárias da Escola de Lações, em nada diferem das condições sanitárias – infelizmente – de uma série de escolas nossas. E sabe quem é que contribuiu para este estado de degradação das nossas escolas? Não foram certamente Presidentes de Câmara que se preocupavam com a Educação. Foram precisamente Presidentes de Câmara que se preocupavam com festas e que não tinham qualquer problema em gastar cem mil euros numa “Volta a Portugal” em vez de requalificar os sanitários das escolas. Deixe-me que lhe diga o seguinte: citou o exemplo da escola de Lações, teve

oportunidade certamente, eu já o disse neste fórum, mas também o disse na última Assembleia Municipal, de que, das intervenções que estão previstas nas nossas EB/Jardins-de-Infância, a Escola de Lações é a escola que vai receber o maior investimento. Daquela fatia de mais de um milhão e meio de euros, é a Escola de Lações que vai receber a maior intervenção. Portanto, não faz sentido rigorosamente nenhum requalificar umas instalações sanitárias quando estamos neste momento a ultimar o procedimento para lançar a obra a concurso. Isso seria desbaratar dinheiro e temos efetivamente um conjunto de escolas que têm esse tipo de problemas: a Escola da Ponte, o Jardim-de-Infância de Pinhão, temos tantas infelizmente que têm problemas graves com os sanitários, a Conde Ferreira... enfim, temos várias que têm os sanitários efetivamente - e conforme diz e bem a Associação de Pais - em condições indignas. Não é só a Associação de Pais convenhamos, o próprio Diretor do Agrupamento tem repetidas vezes alertado para essa situação. Portanto, não vamos aqui esconder a realidade. Temos efetivamente várias escolas com condições muito más, muito degradadas e por isso é que estamos a fazer um enorme esforço para requalificar essas escolas e não vou aqui repetir a quantidade de escolas que estão neste momento a ser intervencionadas. E também, naturalmente quando estamos a falar de investir muito rapidamente um milhão e meio de euros em mais seis escolas, são seis escolas que ficam minimamente preparadas, esperamos nós, para o futuro. Portanto, estamos a falar de alguém, de um executivo camarário, de um Vereador da Educação e de um Presidente de Câmara que se preocupam genuinamente com a Educação e que não limitam a sua intervenção a distribuir uns kits escolares cuja utilidade é absolutamente questionável. Portanto, nós temos feito esse trabalho. Inclusive fizemos uma iniciativa que se designa por “Uma Câmara Perto de Si”, uma iniciativa onde andamos no terreno a ouvir toda a comunidade, toda a sociedade civil e tivemos oportunidade também no âmbito dessa iniciativa, de sentir o pulso àquilo que se passava no domínio da Educação. E há uma coisa que nós não vamos dizer: é que as Associações de Pais não têm razão. Têm toda a razão nas reclamações que fazem, mas também há uma coisa que eu vou-lhe dizer em relação às Associações de Pais: Nós estamos sempre disponíveis para as receber, para ouvir as suas reclamações, as suas sugestões e estamos disponíveis para com elas encontrarmos soluções para os problemas que nos apresentarem e é assim que deve ser. É evidente que eu não vou comentar aqui comunicados de Associações de Pais. Não faz sentido, mas estou completamente consciente de que as críticas que fazem são justas e que são críticas que são feitas com o objetivo que é um objetivo tremendamente nobre e inquestionável, que é proporcionarmos melhores condições de aprendizagem às nossas crianças. Isso não está em causa. O que está em causa é que muitas vezes aquilo que é solicitado, aquilo que é necessário fazer, não há condições para o fazer. E portanto, nós temos que ter uma correta definição de prioridades, é isso que estamos a fazer. Estamos a procurar não gastar dinheiro mal gasto, para que tenhamos recursos financeiros disponíveis para requalificar o nosso parque escolar porque efetivamente para nós a Educação é absolutamente estratégica. A Educação não é uma arma de arremesso político. É algo que é um desiderato concelhio. É algo que vai permitir que o nosso concelho a prazo tenha mais competitividade, tenha mais talento, tenha mais competência, seja mais capacitado. Por isso, essa

aposta na Educação desde o pré-escolar até ao ensino sénior é algo que nos preocupa e é algo onde nós queremos cada vez mais afetar recursos substanciais. Sugeriu também uma equipa que reúna de forma periódica. É isso que faz a Divisão de Educação. É esse o seu papel, é reunir de forma periódica com a comunidade escolar, com os Diretores de Agrupamento. Acompanhar, não é necessário reunir, é acompanhar todo o trabalho e em conjunto procurar resolver os problemas. Nós já criamos e já dei essa informação. Já foi criada uma equipa multidisciplinar que vai fazer um acompanhamento dos problemas que existem nas escolas e que vai fazer um acompanhamento da correta aplicação dos planos de contingência e por isso é que essa equipa multidisciplinar tem um elemento da educação e o objetivo é precisamente que essa equipa multidisciplinar faça esse trabalho de proximidade que sugere – e que eu acho que faz todo o sentido –, por isso vai ser feito. Reuniões com a Transdev e resolver os problemas: É isso que nós temos andado a fazer Senhora Vereadora. Eu posso-lhe dizer que me regozijo com o arranque do ano escolar em termos de transportes. E deixe-me dizer-lhe que no dia anterior ao arranque do ano escolar, nós estávamos a receber pedidos da direção de agrupamento para transporte de crianças com necessidades educativas especiais, etc. e foram prontamente respondidos. Deixe-me dizer-lhe que alguém que se preocupa com a educação, não anda durante anos a transportar crianças deficientes em Toyota Aygo - naqueles carrinhos pequeninos, sem portas atrás, acho que não tem portas atrás – e onde as crianças tem que ser pegadas ao colo para serem metidas nos bancos sem condições de segurança. Ainda por cima, enfim, não quero aqui discutir aqui outro tipo de coisas que poderíamos discutir ao nível da privacidade das próprias crianças. Portanto, foi comprada uma carrinha preparada para transportar essas crianças. Isso significa que alguém que está neste executivo, ou o conjunto do executivo, se preocupa seriamente com a Educação. Dizer-lhe também que esta questão dos transportes não é alvo de negociação. É alvo de negociação com a Autoridade Metropolitana de Transportes, não é com a Transdev. Nós não temos competência em matéria de transportes e não alteramos os horários da maneira que nos apetece, nem estabelecemos novas rotas da maneira que nos apetece. Isto não é uma questão de custos, é de autorização, e os custos têm que ser autorizados pela Autoridade Metropolitana de Transportes. Aquilo que forem as necessidades da Câmara Municipal, forem submetidas à Autoridade Metropolitana de Transportes e forem autorizadas, naturalmente que sendo intenção da Câmara Municipal e resultando de uma proposta da Câmara Municipal, a Câmara Municipal decide custeá-las e sobre isso não há dúvida rigorosamente nenhuma. Portanto, era isto que eu tinha para lhe dizer. Efetivamente, quando nós a ouvimos, sentimos que foi feito ao longo de todos estes anos um trabalho extraordinário nos mais variados domínios e que hoje temos uma situação quase catastrófica no domínio da Educação e portanto, fico sem perceber como é que nós temos o estado de degradação no nosso parque escolar, fico sem perceber até como é que os Senhores acabaram por perder eleições. Deixe-me dizer-lhe também uma outra coisa em relação à questão do arranque do ano escolar: Nós temos que respeitar uma coisa que é inquestionável, absolutamente inquestionável. O arranque do ano escolar é só por si um momento complexo, um momento difícil, porventura até talvez o momento mais complexo do ano letivo. E é algo que exige

um esforço enorme de toda a comunidade, das direções dos Agrupamentos, etc.. Se juntarmos a essa dificuldade natural esta dificuldade excecional que a pandemia traz com limitações do espaço físico isto é muito engraçado de falar, mas é evidente que o nosso espaço escolar, as nossas salas de aulas, a forma como nós organizamos os equipamentos públicos não é a pensar numa pandemia. Hoje se calhar já estamos preparados para isso e hoje se calhar quando projetarmos teremos preocupações com entradas e saídas distintas, com entradas e saídas alternativas, com corredores separados, com um conjunto de coisas, mas efetivamente é um trabalho hercúleo cumprir tudo aquilo que são as orientações da DGS. É um trabalho de uma grande complexidade. E nós tivemos oportunidade de percebermos o esforço enorme que estava a ser feito pelos Agrupamentos, desde naturalmente a escola sede, até à escola mais pequenina. E é evidente que quando nós percebemos que estamos perante um trabalho excecional acrescido, um trabalho que se junta a um trabalho só por si já difícil, percebemos e respeitamos naturalmente que algumas coisas falhem, quer numa ou noutra direção de agrupamento, quer até na própria Câmara Municipal. É evidente que nós temos direções de agrupamento que estiveram prontas mais cedo, que aprofundaram mais as medidas, outras que aprofundaram menos. Aquilo que importa é que estavam reunidas as condições de segurança para o arranque do ano escolar porque senão os Senhores Diretores não o tinham permitido. Subjazem alguns problemas? Com certeza que sim. Aliás, eles são conhecidos e têm sido alvo até de algumas reclamações, não só por parte dos próprios Diretores de Agrupamento, como por parte até das Associações de Pais. Mas aquilo que importa é que nós deste lado tenhamos a preocupação – e temos - em resolvê-los. Portanto, essa disposição para, perante os problemas identificados – não interessa por quem – termos esta predisposição para os resolver é que é absolutamente essencial. É isso que nós temos feito, é isso que nós queremos continuar a fazer. Vamos continuar este trabalho, para corrigir alguma coisa que eventualmente esteja menos bem e corrigir sobretudo questões que coloquem em causa a segurança das nossas crianças. Portanto, vamos fazer esse trabalho, vamos continuar a fazê-lo e continuamos com todos para fazer esse trabalho. Eu depois verei se alguma coisa me falhou na sua intervenção, depois naturalmente se o Senhor Vereador quiser acrescentar alguma coisa poderá fazê-lo. Em relação à petição de Fajões: Eu concordo em absoluto com a criação dessa ligação à EN326. Tive efetivamente – como disse – oportunidade de me reunir no local com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Óscar Teixeira. Fiquei com muitas dúvidas sobre a exequibilidade da solução que é preconizada. Aliás que acabou por ser até publicitada num órgão de comunicação social local. Porquê? Porque se nós defendemos uma solução que é uma solução que duplica - digamos assim - a solução prevista, aquilo que vai acontecer é que não vai haver viabilidade financeira para a executar porque naturalmente a obra está limitada em termos de autos de trabalho a mais e portanto, não vamos ter nenhuma condição. Existe a possibilidade – como disse – de se estudar fazer ali uma ligação em Romariz. Portanto, já não no território de Oliveira de Azeméis, mas digamos na fronteira do território de Oliveira de Azeméis e o que interessa é que exista uma ligação que sirva a população não só da freguesia de Fajões, mas de outras freguesias que são beneficiadas, por exemplo, com a intervenção dos Bombeiros

Voluntários de Fajões. E portanto, tem merecido a atenção da Câmara Municipal e por isso é que lá estivemos, e por isso é que estamos procurar com o Ministro – que não é por ser nosso vizinho e por estar mais sensibilizado por ser nosso vizinho. Um governante digno desse nome não funciona assim. Um governante tem que decidir aquilo que é o melhor para as populações e para o país, mas isso é uma questão acessória, o que é realmente importante é a sua chamada de atenção em relação a esta ligação que concordo, é importante para aquela população. E portanto, sinceramente – conforme disse a Dra. Carla Rodrigues - também não tenho competência para definir tecnicamente qual é o custo da solução, ou melhor solução, mas tenho capacidade com alguma experiência que vou adquirindo nestas coisas, para perceber que um grande viaduto tem um custo substancial, porventura inoportável no quadro financiamento da obra e se fizermos uma ligação praticamente num terreno plano, ou seja se estivermos a falar de uma via sem grande complexidade técnica pronto o seu grau de exequibilidade e aceitação por parte da IP será certamente diferente. Portanto, fica aqui o meu compromisso de que logo que o Senhor Ministro das Infraestruturas me conceda a audiência irei com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia falar com ele sobre esta situação e se eventualmente tivermos também Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho vizinho interessado em deslocar-se connosco, pois o convite será feito e terei muito gosto também em deslocar-me com eles e juntos defendermos a importância desta ligação. Em relação à intervenção do Senhor Vereador José Campos: “O problema está resolvido, o Centro de Línguas... Portanto, já temos instalações alternativas para o Centro de Línguas. A Câmara Municipal não falhou: Mais uma vez, Senhor Vereador, eu percebo a narrativa, percebo o ‘storytelling’ que se quer contar, mas Senhor Vereador, a Câmara Municipal adjudicou uma obra e a obra tem um prazo de conclusão. Há um conjunto de vicissitudes a que se juntam os dois meses que demorou a aprovação da retirada do amianto do ACT, a que se junta o facto da obra ter decorrido em plena crise pandémica e também não ignoramos que isso possa trazer problemas para os subempreiteiros que trabalham na obra. E portanto, dizer que a Câmara Municipal falhou, quando existem penalizações que já foram aplicadas ao empreiteiro pelo atraso na entrega da obra que deveria ter sido em meados de julho e por isso ...”

Senhor Vereador José Campos: “Falhou com o Centro de Línguas. Foi isso que eu disse. O Senhor Presidente desde maio tinha a perspectiva que efetivamente – desculpe interromper -, mas pelo menos desde maio, tinha a perspectiva de que a obra iria atrasar, sabendo que o ano escolar...”

Senhor Presidente: “Desculpe, não tinha a perspectiva.”

Senhor Vereador José Campos: “Era uma preocupação sua, portanto, se manifestou essa preocupação acho que pelo menos punha a hipótese de isso acontecer, não consigo perceber como é que demoramos quatro meses para então finalmente, termos uma solução provisória que seja para o Centro de Línguas.”

Senhor Presidente: “Não misture os planos.”

Senhor Vereador José Campos: “Quem está a misturar é o Senhor Presidente. Eu disse que falhou com o Centro de Línguas, não disse que falhou em relação à obra.”

Senhor Presidente: “Eu não estou a misturar, eu estou a procurar responder às questões que colocou e quando colocou a questão, falou no atraso das obras e falou no problema Centro de Línguas que é um dos utilizadores do espaço. Apenas um, porque vão haver mais utilizadores

do espaço. O que eu lhe estou a dizer, a Câmara não falhou em termos do cumprimento do prazo. A Câmara Municipal adjudica uma obra para ser entregue até meados de junho. E foi com base nessa perspetiva que naturalmente denunciou um contrato de arrendamento, que se não fosse denunciado até aquela altura se renovaria por mais não sei quantos mais anos e constituiria um problema para nós. O que é que acontece? Acontece que aplicamos uma penalização de vinte e tal mil euros ao empreiteiro e o empreiteiro pediu uma nova prorrogação do prazo até novembro de 2020. Ok? Mas, obviamente que tivemos a preocupação de mesmo com a promessa por parte do empreiteiro de que nos entregaria o piso do Centro de Línguas pronto até meados de setembro, nós procuramos uma alternativa e já temos uma solução que vai permitir que provisoriamente o Centro de Línguas funcione. Não há nenhum problema em revelar qual é a solução, a solução é a Escola Secundaria Ferreira de Castro. O Centro de Línguas funcionará durante o período que for necessário até à conclusão das obras, na Escola Secundaria Ferreira de Castro. E faço-o, porque também me cabe a mim agora, agradecer a total disponibilidade da Senhora Diretora do Agrupamento em nos ajudar a resolver um problema. É com este tipo de disponibilidade e atitude que nós construímos o concelho. Portanto, eu tenho que agradecer empenhadamente em nome de todo o executivo, mas sobretudo em nome de todos os utentes do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, a sua disponibilidade para nos ajudar a resolver o problema. Fico naturalmente muito grato e ficarei, seguramente, eternamente reconhecido. Pergunta-me quando é que a obra está concluída: Eu digo-lhe, em princípio até ao final de novembro, é isso que diz o empreiteiro, mas posso-lhe dizer outra coisa: se fossem os senhores a olhar para aquilo que foi o histórico do que aconteceu naquele edifício, estaria concluído daqui a dez, vinte, ou trinta anos. Portanto Senhor Vereador, importa é que a obra esteja concluída. É muito importante o que aquela obra vai permitir poupar...”

Senhor Vereador José Campos: “O Senhor Presidente já disse março, já disse junho, vamos indo e vendo. Veja lá não fale do histórico, se não nós também temos que falar. Se quer ir para o passado a gente também vai. Um passado mais recente, mas também vamos.”

Senhor Presidente: “Eu reconheço ... O Senhor Vereador sabe que eu sou – terá que reconhecer isso – tremendamente cauteloso em relação aos prazos de conclusão das obras, porque sabe que dependem de muitas outras coisas. Mas repare, eu tenho a perspetiva de que há uma obra que está em curso e que um dia vai ser concluída. E esse dia, segundo a prorrogação pedida pelo empreiteiro, é até novembro de 2020. Há uma coisa que os senhores tinham, a perspetiva que este negócio nunca se iria concretizar e que íamos perder o edifício e o dinheiro. Essa era a vossa perspetiva e lembro-me bem de toda a ‘entourage’ que foi tida em torno deste assunto, a ilegalidade do processo, um conjunto de questões que foram levantadas. A realidade é que o edifício está praticamente concluído e como compreende, eu também não tenho dúvidas que é essa a sua vontade, é que ele esteja disponível para servir a comunidade. Portanto, espero que isso aconteça o mais rapidamente que for possível. Dar aqui nota também sobre a intervenção da Senhora Vereadora Ana de Jesus, sobre a iniciativa Azeméis Film Festival que é precisamente uma recuperação desta importante tradição cultural no nosso concelho que teve uma expressão absolutamente única na região. Efetivamente não só sobre o ponto de vista exibicional, através

de Cineteatro Caracas e dos outros equipamentos que o antecederam, mas da existência do Cineclube de Azeméis, onde tivemos aqui uma manifestação de cinema amador que permitiu que vários filmes fossem exibidos em certames, em exposições, em eventos nacionais e internacionais. Temos efetivamente aqui a oportunidade de ter um festival que vai premiar o melhor dos melhores, ou seja, vai premiar o melhor filme que foi exibido nos diferentes espetáculos, nas diferentes iniciativas, nos grandes certames, seja no Doclisboa, seja em Avanca, seja no Fantasporto, etc. Portanto, temos aqui a oportunidade de recuperar para Oliveira de Azeméis esta velha tradição e de ajudarmos – porque é disso que se trata – a que exista também um caminho a percorrer no domínio da produção cinematográfica, da formação, que é absolutamente determinante porque naturalmente o cinema é uma arte e nós temos que ter aqui no nosso concelho presentes todas as manifestações artísticas. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Rui Lopes: Os trabalhos em frente à Escola Fonte Joana estão a ser feitos. Não foi efetivamente o Vereador Rui Luzes Cabral que falou com o autor, não foi ele que ficou incumbido dessa tarefa, sei que não foi ele. Não vamos questionar se está mais bonito, ou se não está mais bonito, para mim está mais bonito. Perdeu-se a mensagem do momento. Na minha opinião não se perdeu. Efetivamente aquilo que foi pedido ao autor, foi que nós pretendíamos fazer uma intervenção, foi explicada a natureza da intervenção e ele disse que não se opunha. Tendo dado essa informação, nós avançamos com a intervenção. Portanto, não me parece que a mensagem tenha sido descaracterizada. Julgo que o que importa, é o monumento que homenageia os Combatentes e portanto, muito sinceramente é a minha opinião, mas como disse e bem, gostos não se discutem. A minha opinião é que o espaço está muito mais agradável e nós sinceramente em Oliveira de Azeméis precisamos de apontamentos verdes, precisamos de zonas que nos permitam ter uma leitura da importância da natureza, do corredor verde no espaço urbano que diariamente utilizamos e foi isso que se pretendeu fazer. Porque efetivamente se olhar para aquilo que é o nosso concelho, nós temos muito poucas respostas dessa natureza. Temos muito poucas praças, muito poucas rotundas de grande dimensão, muitos poucos espaços verdes e é muito importante que nós consigamos estender esse tipo de apontamento a todo o espaço urbano, particularmente a um espaço importante como é aquele da Escola Fonte Joana, onde para além de uma fortíssima de componente desportiva, tem a presença da comunidade escolar e tem também ali, enfim, uma resposta habitacional de alguma relevância.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Presidente, peço desculpa interromper e não me leve a mal, mas deixe-me dizer o seguinte: Desde logo concordar consigo sobre este tipo de apontamentos espalhados pelo concelho, pela cidade, pelas freguesias e pelos lugares que devem merecer toda a atenção. Concordo efetivamente consigo. Mas quando diz que aquele espaço está muito melhor, eu acho que não o devia fazer, porque quando nós falamos numa escultura...” **Senhor Presidente:** “Rui, desculpe interromper, muito melhor, na minha perspetiva.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Deixe-me explicar... aquilo que me foi explicado e quando falamos neste tipo de atividade e estando ligado às artes, ainda que gostemos mais, ou menos, o artista e o autor, tem obviamente um propósito. E o propósito daquela obra de acordo com o que me foi explicado e por todo o respeito que a pessoa me merece, o piso é um

elemento da própria escultura.” **Senhor Presidente:** “Eu sei disso. Significa um barco encalhado.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Foi isto que me foi dito... Ainda que eu posso gostar mais daquela obra, e aquele possa gostar mais daquela e daquele que possa gostar mais do cimento, ou menos, ou da relva propriamente dita... Nós não nos podemos esquecer que o que ali está é um trabalho que tem um autor, teve um propósito, tem uma simbologia, tem uma mensagem se ela não está lá e poderia lá estar de forma a poder ser explicada a intervenção poderia ter sido feita de outra maneira. E o que se fez na realidade, sem questionar mais bonito, ou mais feio, foi alterar uma parte da escultura uma vez que o piso faz parte daquela escultura. E daí a minha intervenção e a minha observação. Eu acho que não se respeitou e aquilo que me foi transmitido pelo próprio escultor, foi que agradecia que a Câmara Municipal interviesse no espaço - ficou logo agradecido – desde que fossem colocados os materiais com a simbologia e o propósito que lá foram postos inicialmente. Porque é a mesma coisa, nós pegarmos num livro, lermos o livro e de repente a determinada altura do livro, nós entendermos que aquela história ficaria muito melhor com outro tipo de frase, ou de palavra em substituição de alguma que lá possa estar. Ainda que possamos pensar, ou acreditar nisso, aquele livro tem um autor e é para ficar daquela forma, leem o livro e podem gostar mais ou menos. Isto é exatamente a mesma coisa. É um trabalho que tem um autor, diz respeito às artes, diz respeito à cultura, está em obediência com aquilo que foi um trabalho pedido, requisitado e desafiado em determinada época e correspondente a uma determinada época. Tem uma mensagem, tem um conjunto de elementos e eu acho que esses elementos - segundo o que me foi transmitido pelo autor da obra -, não foram respeitados com a colocação da relva. E é só isto que eu estou a referir.” **Senhor Presidente:** “Mas eu percebi perfeitamente isso Rui e quando eu digo que, enfim, não fiz nenhuma sondagem, um referendo, ou uma consulta popular para avaliar ou as pessoas opinarem se está mais bonito agora, ou depois. Tudo isso que o Rui disse é verdade, mas precisamente por isso é que se contacta e a questão foi: “Os senhores contactaram previamente o autor, ou não?”. E eu disse que sim. “E contactaram previamente o autor para quê?” Para dizer que íamos fazer uma intervenção daquela natureza. Atenção não fui eu nem o Senhor Vereador - como compreende – que contactamos o autor, foram os serviços. Mas contactou-se o autor pedindo-lhe autorização para ver se ele se opunha a que fosse feita aquele tipo de intervenção. Portanto, a resposta foi que não se opunha, porque se se tivesse oposto, a intervenção não teria sido feita, como é óbvio. A questão aqui é: “Pediram ou não pediram autorização para fazer a intervenção?” Pedimos. Portanto, se o autor tivesse dito: “Não podem fazer a intervenção, eu não autorizo.” Muito bem, nós não teríamos feito a intervenção, é apenas e só disso que se trata. É evidente que quando se intervém em alguma coisa, as coisas podem ficar pior ou melhor do que estavam. Aquilo que se pretende, é que fique melhor, mas eu por exemplo, não tenho nenhuma dúvida e reconheço a enorme capacidade do Arq. Luís Pedro, é um Arquiteto brilhante, um dos melhores Arquitetos que temos no país, aliás o autor do Terminal de Leixões, mas não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que ele como eu, acha hoje que a Praça da Cidade precisa de uma reformulação. A Praça da Cidade tem que evoluir como a cidade evolui. Portanto, percebemos que hoje a Praça de Cidade até pelo nível de utilização que

tem, não é uma resposta que constitua uma centralidade que nós queremos para aquela zona. Portanto, com esta preocupação de termos um conjunto de apontamentos verdes que permitam transmitir uma qualidade urbana diferente, é que nós olhamos para aquela intervenção e questionamos o autor se se opunha, se autorizava essa intervenção. A resposta foi que não se opunha à intervenção. Por isso ela foi feita. Por isso todas as outras questões... Eu entendo perfeitamente e fazem todo o sentido e para isso é que existem direitos de autor e por isso é que devemos preservar aquilo que foi a reflexão que o autor fez sobre a obra e naturalmente, o conteúdo funcional da própria obra. Agora nós não podemos, é transformar um processo que na minha opinião, foi feito da forma correta, num problema. Porque efetivamente havia aquela vontade objetiva de fazer aquilo, perguntamos se podíamos fazer, disseram-nos que sim, fizemos. É evidente que como disse e bem, “Está melhor? está pior?” Bom, isso teríamos que ter uma discussão um pouco diferente, porque naturalmente os gostos não se discutem e há coisas que eu considero extraordinárias e as pessoas acham verdadeiras aberrações e também há o contrário. Sobre isto, o mundo nunca se vai entender. E é bom que não se entenda porque é a riqueza da diversidade que nos transforma em seres humanos extraordinários.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Estou de acordo Presidente.” **Senhor Presidente:** “Em relação a isso, para mim está ultrapassado. Em relação ao aviso da CCDR-N, a nossa perspetiva é basicamente a seguinte: tudo o que são avisos de candidaturas tendo condições para avançar e sendo uma entidade elegível, nós vamos a todas. Mas vamos a todas, desde que tenhamos condições para responder, porque efetivamente se tivermos um aviso como este que o Senhor Vereador falou, ou outro qualquer e não tivermos os projetos prontos e essa for a exigência de maturidade para nos candidarmos é evidente que teremos que aguardar por melhores dias. Portanto, este aviso não sei exatamente de que é que ele trata, o Senhor Vereador já está a levantar o dedo para explicar do que é que se trata e poderá dar essa explicação.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “É uma explicação muito simples, o Rui Lopes já tinha falado, salvo erro na reunião anterior, sobre este assunto e depois no final a reunião... Obviamente que nós temos o gabinete de candidaturas a analisar todos os projetos e todos os avisos que são disponibilizados às autarquias locais e se lermos todo o aviso que foi disponibilizado pela CCDR-N, percebemos que Oliveira de Azeméis é um dos territórios que não é elegível...” **Senhor Presidente:** “Pronto, não é elegível, está ultrapassado.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Resolvemos não nos candidatar a este aviso, haverão outras possibilidades. Objetivamente Oliveira de Azeméis, como outros municípios da Área Metropolitana do Porto, não são elegíveis para este aviso da CCDR-N.” **Senhor Presidente:** “O Senhor Vereador e os Oliveirenses, acreditem que não deixamos que um cêntimo se perca, o que não quer dizer que consigamos ir a todas, porque temos avisos cuja maturidade...” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Senhor Presidente, é contraditório. Por um lado não deixaremos de ir a todos e por outro lado só vamos se tivermos condições.” **Senhor Presidente:** “Não é nada contraditório. Repare: O Senhor tem avisos por medida, percebe? O Senhor tem avisos que são direcionados e portanto, muitas vezes eles já são feitos com um tempo de resposta que não é aceitável, não é exequível. Só aqueles municípios que já sabem atempadamente que vai sair aquele

aviso é que conseguem responder. É mesmo assim. Não tenha dúvidas. O Senhor Vereador então, não ouviu as declarações do Senhor Ministro a dizer que vai abrir um aviso de um milhão de euros exclusivamente para ETAR – eu agora não sei se é Lousada, conforme disse o Ricardo, ou se é outra qualquer -. Este aviso de seis milhões de euros: apesar de existirem outros municípios com taxas de cobertura abaixo de 80%, como por exemplo, o nosso vizinho de Vale de Cambra, ele é direcionado para estes seis municípios. E os outros não podem concorrer, mesmo que tenham o mesmo tipo de necessidade. Este aviso em concreto, não somos elegíveis, mas quero deixar aqui a garantia de que desde que tenhamos condições naturalmente, para nos candidatar, vamos a todas e por isso é que nós temos tido um conjunto apreciável de participação em candidaturas e com um elevado nível de sucesso. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Ricardo Tavares: A situação das famílias carenciadas no nosso concelho, claro que estão sinalizadas, é esse o trabalho da Ação Social da Câmara, mas é também o trabalho da própria Rede Social. A própria Rede Social tem identificadas as famílias carenciadas. Agora, a quantificação que se faz destas coisas, o levantamento destas situações, é um levantamento dinâmico. Ou seja, hoje temos um conjunto de pessoas que têm necessidades, são pessoas carenciadas e cada vez mais em resultado da situação que nós vivemos. Temos pessoas que entram nesse levantamento e quem não precisa, passa infelizmente a precisar. Portanto, eu concordo em absoluto com aquilo que diz, e mais uma vez a Câmara foi acusada de reatividade e não de pro atividade, mas é evidente que é preciso atuar nas causas. E as causas têm a ver exatamente com isto que estamos a falar. Tem a ver com proporcionarmos percursos educativos e formativos às nossas crianças, capacitando-as, com a disponibilização de habitação a custos controlados, com o emprego, permitirmos que todas as pessoas tenham acesso a cuidados de saúde, com o combate à violência doméstica, com o combate ao alcoolismo, às drogas, a um conjunto de problemas sociais que temos. Tem a ver também, naturalmente, com as respostas que nós, enquanto comunidade, conseguimos dar no sentido de que as famílias desestruturadas tenham respostas sociais adequadas e por isso é que temos um conjunto de ferramentas: apoio ao arrendamento, programas de emergência social, as próprias medidas que temos procurado implementar de apoio aos medicamentos para os idosos e pessoas com doenças crónicas, o Vale Educação. São um conjunto de medidas de apoio social que visam procurar evitar estes problemas. Agora, é evidente que as causas são causas da sociedade portuguesa e naturalmente do concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, atuar nas causas é atuar em todas estas dimensões e em muitas outras, no sentido de termos uma sociedade cada vez mais justa, mais equilibrada, onde ninguém fique para trás. Esta questão da inclusão social é muito importante, mas nós temos claramente que passar do modelo assistencialista que é este modelo que nós temos nas nossas respostas sociais, para uma atuação direta sobre as causas e estou completamente de acordo com essa observação. Isso passa naturalmente pela promoção do desenvolvimento económico e social no território nacional. Em relação a este aviso dos seis milhões de euros: Sinceramente eu ainda não sei os contornos do aviso. Portanto, o aviso vai sair. Do que eu percebi das declarações do Ministro, é que é um aviso de seis milhões de euros para estes seis municípios é um aviso concorrencial. Quer isto dizer

que – daquilo que percebi, posso ter percebido mal -, se alguns municípios não concorrerem há um plafonamento. Ou seja, no máximo os municípios participantes podem ter dois milhões de euros, o que quer dizer que com uma taxa de financiamento de 80% o município terá que suportar quatrocentos mil euros se todos concorrerem. Sinceramente não lhe sei dizer qual é o critério de distribuição porque vai ter a ver com o mérito das candidaturas. Portanto, o município de Oliveira de Azeméis pode receber um milhão e meio de euros e o município da Trofa quinhentos, como o município da Trofa pode receber um milhão e meio de euros e o município de Oliveira de Azeméis quinhentos. Não lhe sei dizer sinceramente, qual é a distribuição. Diz-me assim: “Mas isto é muito pouco.” Eu costumo ser grato mesmo quando, enfim, a esmola é pouca, a oferta é pouca. É evidente que nós sabemos todos quais são as nossas necessidades neste domínio. Temos necessidades de muitas dezenas de milhões de euros, mas naturalmente que isto não é pouco se nós conseguirmos por exemplo, resolver o problema numa freguesia. E portanto, se conseguirmos resolver o problema numa freguesia, para essa freguesia é muito. Isso para mim é o importante, embora daquilo que me foi dado perceber, estamos a falar da obrigatoriedade de cobrir pelo menos mil (1000) alojamentos com o investimento que é feito. Portanto, nós sabemos que as nossas freguesias têm alguma dispersão. São freguesias onde não temos grandes aglomerados populacionais e naturalmente que levar as infraestruturas públicas até essa dispersão, exige investimentos avultados bem superiores a este investimento que é aqui anunciado. Mas para mim o que é importante, é que alguma coisa foi feita e mais importante do que isso, é a disponibilidade do Ministro para incluir nas negociações com a Comunidade Europeia, um pacote de ajuda financeira para um conjunto de municípios que têm vindo a reclamar este investimento. Ele foi claro quando referiu e evidenciou dois municípios – Paredes e Oliveira de Azeméis - que ‘não lhe têm largado a perna’, tem promovido inúmeras reuniões com o Senhor Ministro e o Secretário de Estado, no sentido de procurarmos obter o financiamento que é absolutamente determinante para resolvermos este grave problema de saúde pública, ambiental e de competitividade. E naturalmente, estou-lhe a dizer com o município de Paredes, etc. porque a mim preocupa-me o município de Oliveira de Azeméis, mas sinceramente este é um problema do país. Naturalmente que a mim cabe-me resolver o problema do município de Oliveira de Azeméis, mas entendo eu que se o trabalho for num quadro de cooperação e se tivermos um conjunto de municípios que têm a mesma fragilidade a trabalhar em conjunto, naturalmente que temos outra força junto da Tutela. E esse trabalho de coordenação e cooperação entre este conjunto de municípios tem sido feito e por isso é que um conjunto de municípios da Área Metropolitana do Porto, no âmbito da consulta que foi feita para o Plano Nacional de Investimentos 20/30 e para este Plano Especial de Recuperação e Resiliência, nós apresentamos um conjunto de propostas no sentido de termos alguns projetos que consideramos que são estruturantes para os nossos concelhos e para a nossa região. Esta questão da rede de água e saneamento foi uma questão que foi apresentada, quer individualmente pelo município de Oliveira de Azeméis, quer em conjunto com outros municípios. Em relação ao Conselho Consultivo: Eu não tenho nada para lhe dizer em relação a isso. Isto para mim é um não assunto. Não compreende porque é que não estão lá um conjunto de

entidades que referiu como: APICCAPS, AIMMAP, FENALAC, CENTIMFE ... Bem eu podia ter lá a AECO, a Associação Comercial, os Bombeiros, podia ter lá a CEFAMOL, podia ter lá o CENFIM, um conjunto enorme de entidades. Eu fui claro. Não estão lá os representantes dos partidos porque não queremos politizar esta iniciativa. Para isso, temos os outros fóruns onde os assuntos podem ser discutidos. É um órgão de consulta do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara é integralmente responsável por aquelas escolhas, o que o Presidente da Câmara quer é que as escolhas sejam representativas do nosso tecido económico e social, queremos que sejam pessoas cujo percurso de vida e mérito em diferentes áreas de atividade é indiscutível e julgo que o Senhor não coloca em causa o mérito de nenhuma das pessoas que participou nesse conselho consultivo e naturalmente, a mim cabe-me fazer uma coisa que o Senhor disse e bem que não tem que fazer, que é avaliar as intervenções. Eu acho que tenho que avaliar as intervenções, porque elas tiveram um sentido uno e o sentido foi de me ajudarem a refletir as melhores propostas para o nosso concelho, naqueles domínios onde as pessoas têm maior especialização. Tenho que agradecer a todas as pessoas que participaram nesse Conselho Consultivo, os contributos que deram porque são muito positivos, muito importantes e obviamente que me cabe a mim respeitar tudo aquilo que é a posição quer eu concorde com ela, ou não concorde com ela. É para isso que se tem um órgão consultivo. É para nos aconselharem e nos darem boas informações. Em relação ao ponto de situação da Praça Maior: Como sabe, desmistificando um bocadinho aquilo que muitas vezes é dito, este é um projeto que nós consideramos absolutamente estruturante para o nosso concelho. E quando nós temos planeamento estratégico que fazemos a curto/médio/longo prazo, nós fazemo-lo em relação ao espaço, ao território do concelho e isso não significa que as intenções que temos de investimento, tenham que ser feitas necessariamente em terrenos que não sejam propriedade municipal. Se assim fosse nós não projetávamos novas estradas, novas zonas industriais, novas escolas, não fazíamos rigorosamente nada. Isto para esclarecer que efetivamente nós percebemos que o problema da Praça Maior que resulta como sabe de uma notificação judicial avulsa que o executivo anterior recebeu em fevereiro de 2017, onde era reclamado que a Câmara abandonasse as instalações, as entregasse ao seu eventual legítimo dono. Bom, isso despoletou um processo onde a Câmara reagiu com uma ação contra quem apresentou a notificação judicial avulsa. Portanto, nós tivemos a semana passada uma decisão que enfim, vai haver um recurso, que dá a razão aos senhores que reclamam a propriedade dos imóveis e fazem-no sobretudo porque houve um conjunto, percebe-se agora, de questões negociais durante estes anos, onde havia ali um conjunto de propostas para a resolução do problema, o que pode significar eventualmente que a Câmara Municipal tinha dúvidas em relação sobretudo ao terreno, não em relação à casa, porque aí pareceu-me absolutamente claro e qualquer um de nós acha que a casa é propriedade da Câmara e se perguntarmos ao comum dos munícipes é esse também o entendimento. A questão da Praça Maior é dos sete compromissos que apresentamos como compromissos absolutamente estratégicos, o único que não está cumprido, ou iniciado, se quiser dizer. Mas efetivamente nós continuamos a acreditar que este é um projeto que deve ser implementado, que este é um projeto que deve seguir o seu curso e que vai permitir requalificar

aquela zona e vai permitir criar uma grande centralidade em plena zona histórica, em pleno coração da cidade. Vamos continuar a trabalhar este assunto. É evidente que neste momento não há muito que possamos fazer. Isto está a seguir os seus trâmites no tribunal e portanto aí, como sabe, não temos nenhuma possibilidade de interferir. Estamos a aguardar que a justiça siga o seu curso. E assim que tivermos novos desenvolvimentos vamos atuar em conformidade. Neste momento aquilo que estamos a preparar – a informação foi-nos dada no final da semana passada – é o recurso à decisão/acórdão que foi proferido. Julgo que respondi, espero eu, à generalidade das questões que são muitas e pergunto se alguém quer fazer mais alguma intervenção.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente, não respondeu em relação à Escola de Fajões. O que é que se passa com a Escola de Fajões?” **Senhor Presidente:** “Tem toda a razão, peço imensa desculpa, efetivamente colocou essa questão... Não se passa nada Senhora Vereadora. Efetivamente neste momento está adjudicada a escola e estamos à espera que o empreiteiro comece a obra.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “O visto do Tribunal de Contas está ultrapassado?” **Senhor Presidente:** “Finalmente. Precisamos de meses para resolver esse problema. Finalmente temos o visto do Tribunal de Contas emitido e portanto, a obra está em condições de arrancar. Portanto, esperamos que isso aconteça a todo o momento. Deixe-me dizer só o seguinte: Escola de Fajões não é só isto, a Escola de Fajões é também a segunda fase e a segunda fase também já foi lançada a concurso e já temos um vencedor. Mas isso não significa que tenhamos a obra, não é? Porque tem que entregar todos os documentos de habilitação e lembro que nós no Cineteatro Caracas também tivemos um concurso, onde tivemos um empreiteiro vencedor e depois fez-nos adiar o processo sete/oito meses porque não entregou os documentos de habilitação. Eu não conheço, sinceramente, a empresa que ganhou. Esperemos que seja uma empresa que tenha capacidade para fazer a obra.” =====

===== O Senhor Presidente voltou conceder o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente: Se me permite, face à intervenção do Senhor Presidente e uma vez que teve o cuidado e a atenção de fazer aqui uma listagem daquelas que têm sido as minhas intervenções nas reuniões de Câmara, faltam aí ainda muitas preocupações minhas, nessa sua listagem, faltam outras preocupações. O Senhor Presidente chama-lhe suspeições, chama-me de negativista, até que todas as pessoas normais tem um entendimento só eu é que não tenho, só eu é que não sou normal. Não conheço a realidade das escolas. Enfim! Senhor Presidente, eu não sei qual é a perspetiva que o Senhor Presidente tem daquilo que é um trabalho de oposição, mas aquilo que o Senhor chama de suspeições, são preocupações, são legítimas, e o Senhor Presidente que durante tantos anos foi Vereador da oposição nesta Câmara deveria compreender melhor aquilo que é o trabalho da oposição. Bem sei, se calhar é melhor nós entrarmos mudos e sairmos calados. Mas não é isso, e é esta a forma que nós entendemos que devemos exercer a nossa função de Vereadores da oposição. E não nos limitamos a apontar as deficiências e as falhas. Damos sugestões, apresentamos propostas e estamos disponíveis para colaborar. Portanto, esse é que é o trabalho da oposição. Não é dizer

mal. E o Senhor Presidente diz que eu disse mal do Senhor Vereador na comunicação social. Eu não sei onde é que disse mal do Senhor Vereador na comunicação social. Aliás, para mim dizer mal é outro patamar. Tenho muito respeito e consideração pelo Senhor Vereador e estima pessoal. O que eu digo e continuo a dizer é, eu crítico a atuação, quando acho que a atuação não está correta. Isso não é dizer mal do Senhor Vereador. Isso é apontar aquilo que são as falhas e é fazer o nosso trabalho enquanto Vereadores da oposição. Portanto, acho que quanto a isso estamos esclarecidos. Eu não vou voltar aqui a todos os aspetos que o Senhor Presidente referiu do que estava feito, do que não está feito. A minha intervenção foi no sentido de continuar a alertar e como digo, não são os Vereadores da oposição que dizem isto Senhor Presidente. Nós estamos a dar eco às direções de Agrupamentos, das Associações de Pais, da FAPCOA, de várias instituições do nosso concelho que nos têm procurado e feito chegar essas preocupações. Pelos vistos são preocupações de pessoas que não são normais. Pronto. Senhor Presidente em relação à intervenção da Ana de Jesus, a Senhora Vereadora, também me merece uma resposta: pôs a questão num patamar diferente daquele patamar em que eu pus. É óbvio que todos tínhamos que regressar à escola. Eu tenho uma filha em casa, é óbvio que ela foi feliz para a escola. Eu é que não fiquei tão feliz. Não tão feliz porque é com a aflição, a preocupação, o coração apertado. Agora esse é um patamar completamente diferente, é óbvio. E quanto aos planos de contingência: é óbvio que eles podem falhar, aliás todos nós temos montado em nossa própria casa um plano de contingência e nada nos garante que não possa haver ali um problema. Isso é culpa nossa? A responsabilidade é nossa? Não. Se eu fizer o meu trabalho, se eu fizer a minha preparação, o que vier, vem porque efetivamente há coisas que nós não podemos controlar. Agora, o que é preciso é fazer o nosso trabalho de casa, a preparação, para tentar evitar. Agora, no melhor colégio, na melhor escola, pode acontecer o que quer que seja, desde que o trabalho de casa tenha sido feito, aí não há nada a apontar. Agora, se o trabalho de casa falhou, se a preparação não foi feita devidamente, aí temos que nos preocupar. Temos que tentar evitar que alguma coisa aconteça. Espero sinceramente que tudo corra dentro da normalidade e portanto, que nós consigamos ter um ano letivo dentro da normalidade possível. E portanto, em relação a todos os “desmentidos” que o Senhor Presidente fez da minha intervenção, não vamos aqui prolongar a discussão. As pessoas que nos ouviram e que conhecem a realidade sabem efetivamente aquilo que aconteceu. Agora, uma coisa é certa, nós – e disse-o no início da minha intervenção – vamos voltar a esta questão as vezes que forem necessárias. É esse o nosso papel, é esse o entendimento que nós temos daquilo que deve ser o exercício de Vereadores da oposição. E ninguém está isento de críticas. Nós também não estamos. Ninguém está isento de críticas e quem está no exercício de funções públicas está mais exposto a essas críticas tem que as saber ouvir, aceitar, interpretar e melhorar, obviamente. Portanto é essa a nossa perspetiva.” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora: Terminou da melhor maneira. Terminou dando um conjunto de contributos precisamente a quem sabe ouvir, a quem sabe respeitar. A Senhora Vereadora pode intervir as vezes que quiser sobre o mesmo assunto, ou qualquer assunto, nunca será por mim impedida de o fazer. E com certeza que já percebeu que nós temos uma lufada de ar fresco a todos os níveis, até na própria Assembleia

Municipal na gestão de tempos de intervenção de cada um dos partidos há uma lufada de ar fresco, onde ninguém, naturalmente excetuando aqueles casos onde se exagera em todos os partidos, convenhamos, ninguém é limitado de dizer e utilizar tempo para expor. Senhor Vereador não abane a cabeça, porque tivemos quarenta minutos de um e quarenta e tal minutos de outro. Portanto, percebe-se que as pessoas têm oportunidade e mesmo o partido mais pequeno pode inclusive utilizar muito mais tempo do que aquele que lhe está regimentalmente atribuído. E portanto, não me parece que tenha havido qualquer problema. Eu percebo e sei perfeitamente qual é o estatuto da oposição e aquilo que deve ser o trabalho da oposição, porque estive muitos anos na oposição, a ser constantemente desrespeitado e senti bem na pele o que é que isso significa. Sonogando informação, não falando verdade, ocultando dados de forma sistemática, etc.. Não é isso que se faz agora e portanto, este trabalho é feito com todo o respeito pela oposição. Agora, é evidente que não posso respeitar quando a Senhora Vereadora chega aqui e diz que o Senhor Presidente da Câmara não olha para a Educação, não quer saber da Educação, a Educação não lhe diz nada, a Educação é um número para ele. Senhora Vereadora, eu percebo muito bem a sua preocupação. Aliás, a narrativa política de dizerem que o Presidente da Câmara só se preocupa com números. O Presidente da Câmara preocupa-se com números porquê? Porque sabe perfeitamente o estado em que está o parque escolar. E sabe das necessidades enormes de investimento que é preciso fazer. Este Presidente da Câmara e este executivo camarário, com muito orgulho presidido, tem vergonha de nós termos há décadas alunos a terem aulas em contentores. A tomarem refeições em contentores. A terem serviço de CAF em contentores. Nós temos vergonha de ter essas instalações sanitárias. Temos vergonha dos recreios que temos. Temos vergonha da degradação dos recreios. Temos vergonha da falta de bibliotecas com qualidade e em condições. Temos vergonha daquilo a que chegou a nossa educação. Por isso é que nós temos efetivamente preocupação com os números e percebe-se bem esta dificuldade que se tem sobretudo quem lesou da forma como lesou este município ao longo dos últimos doze anos e que contribuiu de forma decisiva para o estado de degradação generalizado a que chegou o nosso concelho, não só no parque escolar. As nossas zonas industriais, nós já aqui assumimos, nós não escondemos os problemas, nem dizemos que tudo está perfeito. As nossas zonas industriais estão profundamente degradadas e precisam de milhões de euros de investimento. Os edifícios públicos estão completamente degradados e paulatinamente começam a ser recuperados. Nós temos a rede viária em muito mau estado de degradação e portanto, é preciso investimentos substanciais para a sua requalificação. Estamos a fazê-los, mas mesmo assim o caminho que temos que percorrer ainda está a iniciar-se. Nós temos um problema grave de rede de água e saneamento. Nós temos feito muito pouco – reconhecemos – pelo turismo concelho. Nós sabemos o percurso que é preciso fazer e sabemos que é preciso um plano de mobilidade urbana sustentável. Sabemos todas essas necessidades, nós não as escondemos. Agora, o que nós não temos é uma visão trágica momentânea do concelho. Nós percebemos que uma situação que nós temos num dado momento resulta de tudo aquilo que foi construído no concelho ao longo da sua história. Portanto, nós não apagamos partes da história, nós responsabilizamo-nos por aquilo

que é a nossa parte da história. Agora não deixamos é que reescrevam a outra parte. Foi exatamente isso que eu lhe quis dizer. Pode apontar todas as falhas, tem essa legitimidade e deve continuar a fazê-lo. Aliás, eu agradeço que o fizesse e estarei sempre disponível para ouvir todas as sugestões que tenham um único objetivo: melhorar coisas que estejam mal. Agora é evidente que não estou disponível para colaborar com intervenções onde se lança suspeição sobre o número, sobre os dados que são disponibilizados pelo executivo camarário sobre a situação do COVID no concelho, quando repetidamente vos foi dito que a informação que proporcionamos/disponibilizamos é exatamente aquela que recebemos. E os Senhores que com alguma facilidade falam com o autor da obra em frente à Fonte Joana, ou falam com as Associações de Pais que vêm ter convosco, também poderão, com alguma facilidade, falar com o Senhor Delegado de Saúde e acabar de uma vez por todas com esse clima de suspeição que em nada ajuda. Mas eu também tenho uma posição muito própria em relação a alguns destes números. Porque eu gostaria de saber o que é que os Senhores fariam se nós soubéssemos que temos quatro mortos no concelho. Eu gostaria de perceber o que é que os Senhores fariam. E se tivéssemos três infetados em Travanca, dois em São Roque, um em Nogueira do Cravo e três em Macieira de Sarnes. O que é que os Senhores fariam com esses números? Bem, é preciso perceber que aquilo que nós estamos a fazer é um trabalho sério com as autoridades de saúde. Com uma única preocupação que já foi repetidamente explicado. Portanto, que fique claro que quando nós lançamos suspeições em relação a processos, aquilo que estamos a fazer é precisamente a prejudicar a seriedade com que deve ser feito o papel da oposição. O papel da oposição é um papel de fiscalização, é um papel de denúncia, é um papel de propostas alternativas, é um papel de apoiar as boas medidas para o concelho e criticar aquilo que são as más medidas para o concelho. Mas nunca o papel de procurar criar suspeição sobre a atividade do executivo quando não há razões para isso. É isso que eu acho que é absolutamente preocupante e efetivamente eu não quero que os Senhores entrem mudos e saiam calados. É isso que fazem nas reuniões não públicas, mas nas reuniões públicas...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Desculpe, mas isso que está a dizer ... Tem que ver a ata da última reunião que não foi pública.” **Senhor Presidente:** “Deixe-me falar...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Dizer que nós entramos mudos e saímos calados nas reuniões que não são públicas? É grave, é falso.” **Senhor Presidente:** “Falso é o que Senhora disse que o que eu queria é que a oposição entrasse muda e saísse calada. Foi isso que a Senhora disse: “O que o Senhor Presidente quer – vai ficar na ata – é que a oposição entre muda e saia calada.” O Presidente não quer nada disso. Isso é que é falso.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Mas o que é que acabou de dizer?” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora compare a quantidade de questões que são colocadas nas reuniões públicas, com a quantidade de questões que são colocadas em todas as reuniões.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Todas estas questões eu coloquei na última reunião.” **Senhor Presidente:** “Mas compare, não só o número de intervenientes. Intervieram todos os Vereadores, todos os Vereadores intervêm nas reuniões públicas, nas reuniões não públicas praticamente não intervêm e a quantidade de questões que são colocadas.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Essa

questão cabe-nos a nós.” **Senhor Vereador José Campos:** “Mas incomoda-o Senhor Presidente? Não entendo qual é o problema.” **Senhor Presidente:** “O Senhor certamente já percebeu que eu sou absolutamente claro em relação às questões que me são colocadas.” **Senhor Vereador José Campos:** “O Senhor Presidente está a querer criar – ao fazer essa afirmação que nós só intervimos nas reuniões públicas – politicamente, agilmente, e isso eu reconheço que o Senhor o faz muito bem, a ideia a quem nos ouve lá em casa que nós só intervimos nas reuniões públicas.” **Senhor Presidente:** “Os Senhores fazem melhor. Eu vou-lhe explicar porque é que fazem melhor. Os Senhores independentemente da seriedade que tenhamos nas respostas, a seguir sai um comunicado, ou uma coisa qualquer que contraria exatamente toda a informação que os Senhores receberam na reunião. Este caso dos números COVID é pragmático. Os Senhores já receberam repetidas vezes da minha parte, não só neste fórum, a explicação de que os dados que são fornecidos, são os dados que eu recebo. Pois bem, continuam a ter dúvidas sobre isso. Não há dúvidas rigorosamente nenhuma.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “O Senhor vinha preparado para falar dos números. Nós hoje não falamos dos números, porque é que está recorrentemente a desviar a atenção do assunto que nós...” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora, eu apresentei os números do concelho. Foi só isso que eu quis referir e tinha a obrigação de em relação aos números, porque tem havido um crescimento do número de casos - temos sessenta e quatro (64) casos no mês de setembro - tinha a obrigação de dizer ao executivo camarário, a tipologia da origem desses casos. Portanto, tenho essa obrigação. E faço-o em quase todas as reuniões, ou pelo menos nas reuniões em que acho que faz sentido fazê-lo. E portanto, terminando este assunto, o que eu tenho para lhe dizer Senhora Vereadora, para terminar, é que o Senhor Presidente da Câmara preocupa-se com a Educação e preocupa-se muito com a Educação. Preocupa-se com os problemas sociais de um conjunto de famílias que foram aqui referidos pelo Senhor Vereador Ricardo Tavares, preocupa-se com um conjunto de coisas que no nosso concelho constituem fragilidades que temos obrigação de procurar corrigir. Sabemos da nossa incapacidade e dizemo-lo com toda a humildade e sinceridade para resolver todos esses problemas, mas há uma coisa que existe e vai continuar a existir: é uma fortíssima determinação em seguir o caminho que deve ser seguido para que muitos desses problemas deixem de ser problemas, pelo menos estruturais para o nosso concelho. E é com essa determinação nós vamos continuar a trabalhar, independentemente de todas as críticas que nos sejam feitas, sendo muitas delas legítimas, agora nunca deixaremos de responder àquelas que consideramos absolutamente inapropriadas, deselegantes e em alguns casos falsas e portanto, esse é o trabalho que naturalmente cabe a cada um de nós. A nós que temos a responsabilidade de governar e aos Senhores e à própria comunidade, mas sobretudo aos Senhores que têm a responsabilidade de fiscalizar a nossa ação.” =====

===== O Senhor Presidente voltou conceder o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares**, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente deixe-me só concluir, até na lógica da sua conclusão: Só dizer que nós temos vergonha deste executivo, no dia de hoje, permitir que

os alunos do Centro de Línguas e os pais do Centro de Línguas tenham que andar para um local, ou sejam obrigados a irem para um local provisório, são centenas de pessoas que estão envolvidas neste caso... É um profundo desrespeito por aquela entidade e aquela instituição, pela história que tem dado para o nosso concelho e para os Oliveirenses, por tudo o que tem contribuído para a formação dos Oliveirenses e o prestígio que merece de todos nós ... E por isso, é uma vergonha ter chegado a este ponto, só por causa de o Senhor Presidente ter tomado a decisão da denúncia do contrato de arrendamento. O Senhor Presidente é muito cauteloso conforme disse aqui, quanto ao prazo de conclusão das obras, mas deixe-me dizer-lhe que não tem sido nada cauteloso nas denúncias dos contratos de arrendamento que tem feito ao longo deste mandato.” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador: Está a ver o registo com que se dirigem ao Presidente da Câmara? Não esteja à espera que o meu registo seja diferente. Senhor Vereador, eu precisava de muito mais tempo do que o respeito que nos merece quem nos está a acompanhar a partir de suas casas e do próprio executivo camarário para lhe dar resposta àquilo que eu considero uma verdadeira vergonha. Mas sabe o que é que eu considero uma verdadeira vergonha em relação ao Centro de Línguas? Foi durante o tempo em que o Senhor teve responsabilidade – e foi muito – nós estarmos a pagar perto de cinco mil euros de renda por mês. Estivemos trinta (30) anos a alugar o Centro de Línguas e pagamos mais de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros de rendas.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Quanto é que o Senhor vai pagar à Ferreira de Castro?” **Senhor Presidente:** “Nada. Rigorosamente nada, Senhor Vereador.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “É isso, eu percebo isso.” **Senhor Presidente:** “Agradecia que não entrassem em diálogo. Deixem só que vos diga o seguinte: Senhor Vereador, quando o Senhor fala que devíamos ter vergonha. Devemos ter vergonha da forma como nós hipotecamos o futuro. Devemos ter vergonha... Não o Senhor sente vergonha por nós, em relação ao Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, onde temos a preocupação de poupar cerca de sessenta e cinco mil euros por ano, que andamos a pagar há não sei quantos anos, com muito melhores condições para o Centro de Línguas do que aquelas condições...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pelo Senhor já nem existia Centro de Línguas, Senhor Presidente. Eu tenho-o ouvido ao longo de muitos anos.” **Senhor Presidente:** “... Sabe o que é que não existia se o Senhor continuasse a ter responsabilidades? Não existia era concelho. Esse é que é o problema. Isso é que me preocupa. Se quiser, eu lembro-o de muitas coisas, de negócios...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Já não havia concelho?” **Senhor Presidente:** “Oh Senhora Vereadora, a Senhora fica indignada quando eu respondo a uma tonteria. Eu pergunto-lhe uma coisa: Em que é que sustenta esta afirmação de que já não existia Centro de Línguas? Não, a Senhora diz que se dependesse de mim já não existia Educação, o Senhor Vereador diz que se depender de mim não há Centro de Línguas. Bem, eu tenho o direito de dizer que se dependesse de vocês não havia concelho.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “É mediante as suas declarações enquanto vereador da oposição.” **Senhor Presidente:** “Esse é o papel da oposição. Olhe se quiser trazer para a reunião do executivo a discussão do Centro de Línguas e de todo o processo, estamos disponíveis para o fazer. Portanto, no dia em que quiser trazer para executivo camarário a situação do concelho e ver a quantidade de vergonhas que nós

tivemos ao longo dos anos com os terrenos que nós compramos, com os estaleiros municipais, com os processos judiciais que temos em curso... Estaremos completamente disponíveis ... Quem tem motivos para ter vergonha ...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Esse é o seu maior prazer, falar de vergonhas.” **Senhor Presidente:** “Eu não falei de vergonhas, quem falou foi o Senhor.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Foi o Senhor.” **Senhor Presidente:** “Por favor.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “O Senhor é que começou por falar nisso.” **Senhor Presidente:** “Peço desculpa, porque obviamente fui eu que quis introduzir esta perspetiva de que é uma vergonha o Centro de Línguas não ter arrancado com o ano escolar conforme estava previsto. Aquilo que eu espero é que o Centro de Línguas fique com melhores condições para desenvolver a sua atividade que é muito importante e por isso é apoiada e que tenhamos a oportunidade de que o possam fazer em melhores instalações e de preferência em equipamentos municipais porque damos uso a um equipamento que estava há muitos anos degradado e que houve incapacidade para requalificar e colocar ao serviço da comunidade. Eu peço imensa desculpa porque esqueci-me do Senhor Vereador que tinha pedido para intervir e depois no calor da discussão acabei por não lhe dar a palavra. Peço imensa desculpa, mas dava-lhe agora essa possibilidade.” =====

===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Luzes Cabral**, que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos e a todas e a quem nos ouve lá em casa através das redes sociais. Eu começo pelo fim já agora, não estava à espera desta do Centro de Línguas e ia começar pela intervenção da Dra. Carla. Esta questão aqui levantada denota mesmo a importância que as coisas têm e o Centro de Línguas para mim é um não assunto, numa discussão destas porque devemos salientar de facto que perante um problema a Câmara Municipal o tentou resolver e resolveu-o em parceria com o Centro de Línguas e com a Escola Ferreira de Castro, a quem agradecemos. Está resolvido e portanto, acho que devemos valorizar...” **Senhor Vereador José Campos:** “O rapidamente é que está aí a mais.” **Senhor Vereador Rui Luzes Cabral:** “Sim rapidamente, porque o José Campos... Eu peço desculpa, mas peço que me deixem intervir primeiro. Rapidamente, porque durante este período de férias até proximamente o arranque letivo esta questão não se colocava. Porque todos tínhamos esperança que o empreiteiro pudesse entregar a obra. Obviamente que nós não nos podemos antecipar aos problemas. Há pessoas que estão sempre à espera dos problemas, há outras pessoas chamados hipocondríacos que estão sempre à espera das doenças e portanto, enquanto os problemas não acontecem e enquanto as doenças não chegam, nós temos que obviamente acreditar que conseguimos resolver os problemas. Quando eles nos são colocados em cima da mesa, nós resolvemos e foi o que aconteceu. O problema aconteceu recentemente e nós resolvemos o problema do Centro de Línguas. Julgo que temos que valorizar a Ferreira de Castro pela amabilidade com que nos vai receber. Obviamente temos que ter lá uma assistente, ou dois operacionais no Centro de Línguas e criar condições de higiene e limpeza do espaço. Mas isso são pormenores do dia-a-dia que depois entre o Centro de Línguas, a Câmara Municipal e a

Escola Ferreira de Castro isso será resolvido. Este tema é bem indiciador deste tema que falamos aqui sobre a Educação. A Educação é obviamente um tema muito apeteçível. Já o Guterres em 1995 dizia que era a sua paixão e a Educação é sempre a paixão de toda a gente e eu percebo porquê. É legítimo que seja. Não estou a dizer o contrário. Obviamente que o início de um ano letivo é sempre um momento marcante na vida dos pais, das crianças, dos professores, de toda a comunidade educativa. E este ano não foi um ano diferente disso. Com a questão da pandemia tivemos ainda um problema acrescido à ansiedade de todos. O regozijo na Assembleia Municipal, que eu referi, é que perante tantos problemas que nós temos para resolver e que admitimos que temos que resolver esses problemas, o ano letivo ter arrancado desta forma – com alguns problemas obviamente -,mas de uma forma serena, não foi notícia de televisões nacionais nem coisa que se julgue, felizmente, isso não quer dizer que amanhã mesmo tenhamos que mandar uma turma para casa, que tenhamos que fechar um CAF, ou até que tenhamos que fechar uma escola. Mas isso é o que pode acontecer aqui e em qualquer lado e devemos encarar isso com muita serenidade, porque faz parte daquele tempo que estamos a viver e que não controlamos como disse a Dra. Carla e que não conseguimos mesmo antecipar. A Dra. Carla terminou melhor do que começou porque de facto para quem nos ouve lá em casa, para os pais que vão às escolas, para os Diretores dos Agrupamentos, para nós, a radiografia que fez não corresponde àquilo que foi o arranque do ano letivo. Peço imensa desculpa, mas a Dra. Carla referiu um conjunto de coisas em que nada tinha sido acautelado, não tinha existido reuniões, não havia transportes, não havia não sei o quê mais... Portanto, não houve uma única palavra a dizer que neste caso esta condução correu bem e portanto, damos os parabéns à Câmara Municipal e aos Agrupamentos. Eu quero lembrar Dra. Carla que, a Câmara Municipal é parceira dos Agrupamentos. Há uma matriz de competências que todos tentamos cumprir o melhor que sabemos e o possível para que a Educação seja cada vez mais valorizada. É por isso que o programa se chama “Aproximar Educação” e não se chama “Absorver Educação”, porque se fosse “Absorver Educação” seria de facto o Vereador da Educação o ‘Super Diretor’ que tinha a responsabilidade por tudo aquilo que acontece de bem e de mal no concelho. Eu assumo as minhas responsabilidades e tenho-as assumido publicamente naquilo que são as falhas e as carências. Nunca escondi e com humildade, com respeito e com lealdade sempre, mas sempre, assumi isso. E nunca atirei para cima de Associações de Pais, para cima de diretores, para a comunidade, para o que quer que seja, as minhas fraquezas, ou aquilo que eu não consigo resolver. Nunca sacudi a água do capote. Nunca enviei e-mail’s, ou nunca me ouviu em nenhuma declaração pública a dizer que isto não está a acontecer desta forma, porque a culpa é da instituição A, B, ou C... Não. A culpa é da Câmara Municipal quando as coisas correm mal, e eu sempre assumi isso. Eu queria dar essa nota, porque não acho correto nós termos uma postura de “oito ou oitenta”. E nesse caso, com todo o respeito e consideração que sabe que tenho por si, acho que pode prejudicar, isso sim, aquilo que é a abertura de um ano letivo em que aquilo que nós dizemos aqui, e as pessoas estão sempre de olho nos políticos, o que nós dizemos aqui pode prejudicar todo o trabalho que eu faço, todo o trabalho que o Senhor Presidente faz, todo o trabalho que as Associações de Pais e diretores fazem. Tem

que haver propostas de melhoria e eu nunca as rejeitei, Dra. Carla. Agora, também não admito é uma coisa: é que me digam de que forma é que eu devo desenvolver a minha vereação enquanto Vereador da Educação, das reuniões que faço, às horas que faço, com quem faço, com a periodicidade que faço, porque não se consegue aferir isso. A Dra. Carla falou dos transportes, das reuniões e eu digo que fiz isso tudo e como é que se chega a uma conclusão. Não, os transportes não houve nenhum reporte de algo que tivesse corrido mal. Há sempre coisas que nós temos que ir acertando e fazemos isso pontualmente. E se quiser hoje até lhe posso explicar aquilo que foi feito desde julho até agora: reuniões com os agrupamentos, de visitas, conheço muito bem as escolas e ligação que tenho com os agrupamentos. Dra. Carla a opinião que temos para uns, temos que a ter para outros. A Dra. Carla ainda muito recentemente, sobre uma polémica criada entre o Macieirense e a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes disse que, quem define as prioridades para a freguesia é a sua junta democraticamente eleita. E eu digo a mesma coisa: quem define as prioridades, a forma como eu reúno com os Diretores e todo esse trabalho sou eu, enquanto Vereador da Educação. Se daqui a um ano, os Oliveirenses não estiverem satisfeitos com esse trabalho, ou se o Senhor Presidente não estiver satisfeito com o meu trabalho, estou disponível para abandonar o executivo municipal, seja por que via for. Era isso que eu queria dizer.” **Senhor Vereador José Campos:** “Senhor Presidente, muito rapidamente, porque já estamos a entrar num registo que não interessa a quem nos ouve lá em casa, mas Rui eu não podia deixar passar aqui em claro, relativamente ao Centro de Línguas o porquê da minha estupefação por o Vereador da Educação ter dito que a situação foi resolvida rapidamente. E acho que é fácil de perceber. É que o Senhor Presidente também disse aqui hoje que o prazo para a conclusão das obras inicialmente previsto seria junho deste ano. Portanto, no mínimo, desde junho deste ano até setembro, no mínimo havia a esperança que a situação se resolvesse por si, mas aqui já tínhamos um indicador. O próprio Presidente e muito bem, como eu referi na minha intervenção inicial, em 28 de maio demonstrou preocupação pela possibilidade de em setembro as obras não estarem concluídas para albergar o Centro de Línguas. Por isso, não podemos agora dizer que muito rapidamente vocês começaram a tratar do processo, no início de setembro. Ou a preocuparem-se no início de setembro. Aí sim, é rapidamente. Rui mais uma vez toda a intervenção, falando de não podermos antecipar problemas, faz-me lembrar um bocadinho esta história, se nós estivéssemos à espera que o COVID entrasse em força em Portugal, não tínhamos confinado. Mas é preferível prevenir do que depois reagir e mais uma vez aqui a Câmara Municipal reagiu, depois quando reagiu, se calhar reagiu rapidamente, mas não preveniu. Porque pelo menos desde maio que paira no ar a possibilidade de as obras não estarem prontas em setembro.” **Senhor Presidente:** “Só para terminar, deixando aqui claramente a seguinte indicação para quem nos acompanha a partir de casa: É evidente que nós tivemos problemas com duas ou três associações de pais, quatro, não importa quantas são. Mas não tivemos com muitas mais, com a grande maioria não tivemos problemas. Tivemos problemas com os wc’s da Escola de Lações. Não tivemos os problemas este ano. Já os tínhamos o ano passado, são os mesmos problemas e temos problemas com outras escolas do nosso concelho. Portanto, nós falarmos da Escola de Lações é

falarmos efetivamente dos problemas que temos no nosso parque escolar, aos quais estamos atentos e temos que continuar a resolver. O que eu quero dizer é que nós não podemos olhar para aquilo que é um ano atípico muito difícil, porque nós até parece que quando temos o arranque do ano escolar não temos problemas, não temos as questões sanitárias para resolver, não temos mobiliário para trocar, não temos problemas com transporte. Temos problemas. Com refeições escolares, com os recursos humanos... Todos os anos letivos temos problemas no concelho de Oliveira de Azeméis e no país. Portanto, procurar – isso é que é profundamente errado e é isso que nós não aceitamos - que todo o trabalho que foi feito, e foi muito, e não vou aqui reclamar esse mérito exclusivamente para a Câmara Municipal, mas também não vou aqui dizer que a Câmara não fez o que lhe competia. Fez o que lhe competia. E falhou num ou noutra aspeto. Pois com certeza que sim. É natural e quem não tiver telhados de vidro que atire a primeira pedra, mas pronto. Os agrupamentos com certeza que fizeram o melhor que estava ao seu alcance, mas num ou noutra aspeto não foram tão longe e não tiveram o sucesso que gostariam de ter tido, mas isso é mesmo assim, a natureza das coisas. O resultado final – é essa a mensagem que eu quero deixar – é um resultado final muito positivo do qual todos nos devemos regozijar. Um resultado que permite que as nossas crianças estejam a ser transportadas, que tenham aulas em segurança, que tenham monitorização dos tempos de recreio, que lhes sejam servidas as refeições escolares, enfim, que tenham asseguradas um conjunto de condições que são indispensáveis para que nós tenhamos um ano letivo presencial a arrancar que é absolutamente determinante para toda a comunidade escolar. E perante isto cada um fez o melhor que podia e sabia e cada um perante problemas que ainda subsistem tem a responsabilidade em se empenhar na sua resolução. É esta a mensagem que eu gostaria de deixar aqui e portanto, passaria agora à nossa Ordem de Trabalhos porque efetivamente temos ainda uma Ordem de Trabalhos com alguns pontos para analisar.” =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: - Modificação Orçamental n.º 19/2020; - I/84805/2020 – Aprovação de sinais de trânsito para várias ruas – Vila de Cucujães; - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 18/08/2020 a 18/09/2020. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 72 (reunião ordinária de 10 de agosto de 2020), a qual foi aprovada por unanimidade, com as correções solicitadas pela Senhora Vereadora Carla Rodrigues:=====

===== **PESSOAL** =====

===== QUARTA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/2020 E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (LICENCIATURA EM DIREITO) I/90753/2020 – RATIFICAÇÃO

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentado o seguinte Despacho: “Considerando: A aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2020, em reunião de Órgão Executivo e Órgão Deliberativo de 31/10 e 22/11 de 2019, respetivamente, 1ª e 2ª alterações aprovadas pela Câmara Municipal em 28/05/2020 e 15/06/2020, respetivamente e pela Assembleia Municipal em 26/06/2020; O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; A necessidade de reforço de pessoal - carreira/categoria de técnico superior licenciado na área jurídica motivado por: a) Ausência por tempo indeterminado de um recurso afeto à UMAJC; b) Previsão de ausência próxima de outro recurso, por via da Licença Parental; c) Acréscimo exponencial da atividade do serviço, nomeadamente: i) Tramitação de todos os processos e procedimentos relativos aos processos de contraordenação, denúncia, responsabilidade civil, execuções fiscais, informações jurídicas, apoio aos serviços na elaboração de documentos administrativos, quer sejam despachos, propostas de deliberação, que estavam suspensos, por via da crise pandémica que assola o país; ii) Instauração de novos processos de contraordenação, sobretudo, os relativos ao estacionamento de duração limitada, que tem prazos de prescrição muito curtos; iii) Aumento dos processos de Execução fiscal que se perspetiva como consequência necessária da já referida crise pandémica com claros reflexos nos domínios social e familiar, bem como empresarial e comercial; iv) Permanentes alterações legais e necessidade constante de ajustar processos e procedimentos e apoiar os serviços e o executivo nas suas decisões/deliberações; v) Necessidade de muscular o serviço jurídico potenciando a diminuição das pendências e reduzindo a taxa de prescrição processual tendencialmente a zero; Assim, a UO está com os recursos técnicos abaixo do que se mostra necessário e desejável para o seu vasto domínio de intervenção agregando e articulando diferentes áreas (Contraordenações, execuções fiscais, denúncias, informações jurídicas nas diversas áreas (contratação, contratos, taxas e licenças, ação social, recursos humanos, educação, desporto, administração e finanças); A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro; A prossecução das estratégias e objetivos anuais definidos pelo Executivo; Que pelo n.º4 do art.º 29º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), os mapas de pessoal são aprovados, pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica; Pelo artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, os municípios

dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, pela Assembleia Municipal; A rubrica e dotação orçamental aprovada para “NOVOS RECRUTAMENTOS - CONTRATOS A TERMO” e “NOVOS RECRUTAMENTOS - CONTRATO TEMPO INDETERMINADO” correspondente aos CFD’s n.ºs 344/2020 e 397/2020 e que os encargos resultantes desta alteração têm enquadramento na rúbrica e dotação orçamental já aprovadas; Que o mapa de pessoal é um relevante instrumento de gestão de recursos humanos que deve estar permanentemente adaptado às mudanças operadas no ano a que respeita, prevendo os lugares que permitam à Autarquia recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento dos objetivos anuais definidos, podendo assim ser objeto das correspondentes alterações em função das novas necessidades/circunstâncias por força de diversas atividades e projetos; O recrutamento revela-se urgente e imperioso para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público especificamente atribuído à UMAJC; Considerando ainda: A necessidade de abertura de procedimento concursal para contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Direito), nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com o n.º 1, do artigo 4.º e artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, Que de acordo com a solução interpretativa uniforme da DGAL homologada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local - Despacho n.º 2556/2014, de 15.07: as Autarquias Locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (art.º 16º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09), sendo entidades gestoras subsidiárias, enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento; Que o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na redação dada pela Lei n.º 80/2013, de 28.11, estabelece nos artigos 4º e 9º, que o recrutamento necessário à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado nas condições determinadas no artigo 30º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 25/2017, de 30.05, é precedido de aprovação do respetivo órgão executivo; Não ser possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; A possibilidade dos postos de trabalho em causa não virem a ser ocupados por trabalhadores/as providos por tempo indeterminado e tendo em conta o estabelecido no n.º 4 do artigo 30º da LTFP, norma que prevê que, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por candidatos/as detentores/as de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, o órgão ou serviço pode recrutar, precedendo parecer favorável, trabalhadores/as com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal; Face à urgência na contratação e tendo em conta os princípios constitucionais da economia, da eficácia e eficiência da gestão da administração pública, que aconselham seja emitido parecer favorável ao recrutamento de trabalhadores/as sem vínculo de emprego público, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por candidatos/as em situação de requalificação ou detentores/as de vínculo de emprego público

constituído por tempo indeterminado, sem prejuízo de o recrutamento se iniciar sempre de entre os/as trabalhadores/as providos por tempo indeterminado; Não foi emitido despacho prévio favorável que permita a utilização do mecanismo de negociação; Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 30º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, sempre que, em resultado de procedimento concursal comum a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha o n.º de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar é constituída uma reserva de recrutamento interna que poderá ser utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de idênticos postos de trabalho. Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Ao abrigo e com os fundamentos e fins citados, determino: 1) A 4ª alteração do mapa de pessoal de 2020, e respetivos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); 2) Que se submeta o M/ despacho: a) à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e posteriores alterações, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; b) A ratificação na primeira reunião de câmara realizada, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3) Que posteriormente se torne público por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações. 4) Autorização de abertura de procedimento concursal para contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Direito).” Pelo Senhor Presidente foram dadas algumas explicações sobre o ponto em análise, tendo o mesmo sido objeto das seguintes intervenções: **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente: Em relação a este ponto, nós geralmente abstermo-nos nas alterações ao mapa de pessoal e já explicamos porquê várias vezes. Mas esta alteração em concreto, nós vamos votar contra Senhor Presidente. Não porque os serviços da Câmara não possam ter esta necessidade, que admitamos que sim. Há aqui várias justificações: o acréscimo de funções, dos constantes e do aumento do número de solicitações para o gabinete e admitimos que seja exíguo o número de juristas que temos no gabinete. Não é isso que está em causa. O que está em causa é o procedimento com que isto foi feito. O Senhor Presidente deu o despacho no dia seguinte à nossa reunião de Câmara. Nós tivemos reunião no dia 10 e o Senhor Presidente fez o despacho no dia 11. Não houve nada que de um dia para o outro tivesse alterado a circunstância. O facto de haver uma pessoa do gabinete que vai de licença parental, só isso não justifica uma alteração ao mapa de pessoal, porque essa pessoa vai regressar. Tudo o resto poderia justificar. Agora, não encontramos aqui uma justificação que de um dia para o outro leve a que se ultrapasse todas as regras normais para se fazer esta alteração

ao quadro de pessoal. E a alteração das regras normais é isto ter ido à Assembleia Municipal sem que tivesse sido ratificado pela Câmara. O que o Senhor Presidente levou à Assembleia Municipal foi um despacho seu não ratificado. Portanto, nós temos dúvidas.” **Senhor Presidente:** “Está a ser ratificado agora.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Mas é ao contrário do que deveria ser. Ou seja, o procedimento que a lei determina não está a ser cumprido. Nós temos dúvidas até que isto seja legal e que possa eventualmente até esta contratação enfiar de alguma ilegalidade. O Senhor Presidente disse na Assembleia Municipal que havia um parecer jurídico que fundamentava inteiramente esta situação. Não temos o parecer jurídico, não veio à reunião de Câmara o parecer jurídico para também o podermos analisar, porque obviamente também não estivemos a analisar isto juridicamente. Agora, que houve aqui uma deturpação daquilo que é o procedimento normal, houve. E temos muitas dúvidas que isto seja possível. Portanto, se havia aqui uma premência e até porque a Assembleia Municipal só será daqui a alguns meses, para isso é que existem as reuniões de Câmara extraordinárias e sanava-se aqui toda a dúvida da legalidade. Este procedimento não é o procedimento correto, e só por isso. Não contestamos que seja efetivamente necessário um jurista no gabinete da Câmara Municipal. Pode ser. Agora o que não encontramos é aqui uma justificação para atabalhoarmos o procedimento desta forma e comprometermos até a legalidade de um procedimento que admito que seja perfeitamente legítimo.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente: Permita-me só que acrescente aqui relativamente a esta preocupação da Dra. Carla, eu vi no portal base da contratação pública, em 05.08.2020, há um mês e pouco, a contratação pública de aquisição de serviços jurídicos por três anos através de um ajuste direto. Portanto, o porquê desta urgência em fazer isto? Em passar primeiro pela Aprovação na Assembleia Municipal e depois vir à reunião de Câmara, se há um mês atrás e uma eventual lacuna de um recurso humano ter sido preenchido através de um ajuste direto feito por esta Câmara Municipal.” **Senhor Presidente:** “Senhores Vereadores: Os considerandos são claros, nós corremos riscos de não ter ninguém com formação jurídica no departamento jurídico e contencioso da Câmara. Os considerandos de urgência prendem-se com o facto de que uma pessoa que está doente, não voltou mais ao serviço, e não sabemos se vai voltar, tínhamos expectativas que voltasse e, prende-se com o facto de nos ter sido comunicada pela mãe grávida a sua situação. E, portanto, nós tivemos que agir imediatamente logo que fomos informados disso. Diz aí também, tem havido um acréscimo exponencial da atividade da divisão.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Isso não está em causa.” **Senhor Presidente:** “Se estes motivos não são suficientes. Enfim, não sei que motivos...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Não, não são suficientes para o procedimento que fez.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Vocês há um mês atrás contrataram um jurista.” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador: Você sabe perfeitamente que o serviço que foi contratado é um serviço externo, de apoio jurídico externo. Estamos a falar de uma atividade, para ser assegurada a atividade corrente da Câmara Municipal. Não está no âmbito desse contrato de serviço externo. Portanto, sabe que esse contrato que nós temos é um contrato que visa substituir o consultor jurídico que a Câmara tinha a prestar esses serviços e não era colaborador da Câmara, como

sabe durante vários anos. Portanto, estamos a falar desse tipo de serviço e não estamos a falar da natureza deste serviço.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Pode-me só dizer qual é o consultor jurídico que a Câmara tinha.” **Senhor Presidente:** “O Dr. Carlos Patrão.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Mas isso, nós já aprovamos uma contratação a uma sociedade de advogados.” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora: Isto é a prorrogação desse contrato.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Não, é não. Esta é uma contratação completamente nova.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “O Dr. Ricardo está a misturar tudo.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “A de há um mês, não tem nada a ver com a Sociedade Medina & Associados que foi a contratação...” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Oh Dr. Ricardo, você... Diga qual é o valor desse contrato.” **Senhor Presidente:** “Eu não sei de que é que está a falar.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Eu não sei qual é o valor.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Pronto. Pronto.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Vereador: Eu peço desculpa. Eu perguntei ao Senhor Presidente uma coisa simples e eu não percebo a celeuma que isto está a dar. Deixe-me dizer: Eu perguntei ao Senhor Presidente o porquê de com o máximo de urgência se tentar aprovar um ponto da Ordem de Trabalhos que vai à Assembleia Municipal e não passa pela reunião de Câmara. Se o motivo é a falta de juristas e advogados, quando há um mês atrás houve a preocupação de fazer um ajuste direto para a contratação de um jurista. Ou seja, pelo menos neste mês de urgência, a situação estava acautelada com o ajuste direto. Eu só fiz essa pergunta, não estou a misturar com a contratação da Sociedade Medina & Associados.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Está, está.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Então é isso que eu quero perceber.” **Senhor Presidente:** “Dr. Ricardo já percebi. Por isso é que termos como deturpação, atabalhoamento, etc., devem ser evitados. Percebe? O Senhor está a falar de um ajuste circunstancial que eu não sei se é de quinhentos, se é setecentos, se é de mil euros. Não faço ideia, para que um advogado se substitua ao Dr. Miguel Oliveira que é o consultor da tal sociedade Medina & Associados, que presta o tal serviço de jurista externo que por ser parte interessada no outro processo não pode defender a Câmara.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Ah, pronto.” **Senhor Presidente:** “Mas se o Senhor tivesse lido perceberia que para três anos, com certeza que seria um valor completamente despropositado, porque como sabe nós tínhamos serviços de apoio jurídico que custavam três mil e quinhentos euros, por mês, era esse o contrato que nós tínhamos. Portanto, perceberia facilmente do que é que estamos a falar. Portanto, nós temos serviços jurídicos externos com uma sociedade de advogados para análise de processos administrativos para representação em tribunal, etc. e temos atividade corrente que é dessa que estamos a falar que precisa de um departamento jurídico robusto que nos permita, não só trabalhar todas as questões em matéria contraordenacional, mas também que nos dê segurança e conforto jurídico em algumas decisões que nós temos que tomar. Neste momento a urgência prende-se com os considerandos que aí estão. Neste momento corremos o risco de, a curtíssimo prazo, e a curtíssimo prazo pode ser de um dia para o outro, basta que a mãe entre numa gravidez de risco e esperemos que isso não aconteça, ou basta que entenda que não tem condições para trabalhar e que deve entrar num período de baixa. E portanto, nós queremos assegurar essa

questão. Agora, só existe deturpação quando estamos a cometer uma ilegalidade. Aquilo que me foi dito foi: *Perante este problema e a urgência deste problema podemos fazer o quê? E foram os serviços que nos aconselharam este caminho, tanto mais que depois da Assembleia Municipal, no dia 23, eu enderecei ao departamento jurídico: “Na última Assembleia Municipal foram levantadas pela Bancada do PSD, dúvidas sobre a legalidade processual deste processo de contratação de jurista, contrariando assim a informação que me tinham dado oportunamente. Face ao exposto solicito que reavalie este assunto e me informe. Obrigado.” E volta a haver informação em relação a este assunto validando a informação que tinha sido dada e a dizer que nós não estamos perante nenhuma ilegalidade. Portanto, eu faço-lhe chegar esta informação, agora não está à espera que eu esteja aqui a discutir consigo aquilo que nunca fiz, nem vou fazer. Questões de natureza jurídica porque não tenho naturalmente a sua competência. Agora, obviamente que nós não deturpamos rigorosamente nada, nós fizemos um processo com base na sustentação da legalidade que nos foi dada pelos serviços. Portanto, se este processo for um processo nulo ou ferido de legalidade, pois este processo obviamente terá que ser alvo de um procedimento novo com a aprovação na reunião de Câmara e submissão à Assembleia Municipal. O que me foi dito foi que isto já aconteceu em várias circunstâncias e portanto, é perfeitamente possível e legal. Tem o conforto jurídico do nosso departamento jurídico que é quem tem a obrigação de o dar. Nessa perspetiva sinceramente, Senhora Vereadora, foi em resultado disso que este assunto foi levado à Assembleia Municipal porque esse atabalhoamento não é verdade. Nunca levaríamos um assunto à Assembleia Municipal para o qual não tivéssemos recolhido a sustentabilidade que os assuntos que levamos à Assembleia Municipal nos merecem. Foi isso que aconteceu e naturalmente respeito a vossa posição de voto, como respeito sempre que votam. Portanto, são estas as explicações que eu tenho para vos dar em relação a esta matéria.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria ratificar o despacho apresentado, com a seguinte votação: quatro votos contra dos Senhores Vereadores do PSD, quatro votos a favor dos Senhores Vereadores do PS e o voto a favor do Senhor Presidente.” =====*

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA AMTSM – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA (I/94677/2020) – AUTORIZAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 132/2020: 2.337,63€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Junho de 2020; Fatura nº 138/2020: 6.403€ - Transferências Correntes de Julho de 2020; Fatura nº 139/2020: 169,20€ - Transferências de Capital de Julho de 2020; Fatura nº 150/2020: 2.938,48€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2020; Fatura nº 156/2020: 2.017,45€ - Transferências Correntes de Agosto de 2020; Fatura nº

157/2020: 44,74€ - *Transferências de Capital de Agosto de 2020 (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 1391 de 2020, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro e DL nº127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações.* O Senhor Presidente deu algumas explicações sobre a proposta em análise, a qual foi objeto da intervenção do **Senhor Vereador Ricardo Tavares**: “*Senhor Presidente, claro que não temos nada a opor relativamente a esta comparticipação, mas a minha preocupação prende-se com o seguinte: Diariamente eu tenho visto nas redes sociais e eu julgo que o Senhor Presidente tem conhecimento de no Rio Caima estar permanentemente a cair - proveniente da ETAR de Ossela, penso ser a fonte poluidora –, aquelas águas residuais. Não sei se são as mesmas águas. Não sei se aquela filmagem, se aquele vídeo é o mesmo, ou se é diariamente aquela queda constante... Nós sabemos que a fonte poluidora é esta. É proveniente da ETAR de Ossela. Só estou a falar nisto, porque estamos a falar de um ponto da Associação de Municípios Terras de Santa Maria. Eu não sei que diligências é que têm sido tomadas junto da Associação de Municípios Terras de Santa Maria relativamente a este problema. Conhecendo-se a fonte poluidora, eu não sei porque é que isto se mantém? Porque é que este problema se mantém. Não sei se este assunto já foi abordado, ou não? Que respostas é que irão ser dadas? Se vão ser dadas? O Senhor Presidente já disse que ia mandar fiscalizar a montante. A montante da ETAR é território de Vale de Cambra. Eu li isso, Senhor Presidente. Mas já agora quero-lhe perguntar se tem conhecimento disto e que diligências é que foram feitas junto da Associação de Municípios Terras de Santa Maria?*” **Senhor Presidente**: “*Senhor Vereador. Temos conhecimento disso, aliás esse assunto foi abordado na última Assembleia Municipal. A fonte poluidora não é a ETAR. As fontes poluidoras é que levam a que a ETAR entre em défice de funcionamento e portanto, não tem capacidade para tratar os efluentes que recebe. Não é a ETAR que polui os rios. São um conjunto de descargas ilegais que são feitas por empresas e por outras entidades que levam a que a ETAR de tratamento biológico deixe toda a sua massa orgânica, toda a sua massa biológica morre e precisa depois de um período de semanas para recuperar a carga biológica.*” **Senhor Vereador Ricardo Tavares**: “*Por isso é que foram mandadas fazer as obras de ampliação da ETAR.*” **Senhor Presidente**: “*Não, não foram mandadas fazer obras nenhuma de ampliação da ETAR. Desconhece o processo, aliás participou dele, mas desconhece-o. Efetivamente as obras que estavam previstas no concurso de 2016, não eram para a ampliação da ETAR, eram para a instalação de um parafuso de Arquimedes, para substituir telhados de fibrocimento por telhados em painel "sanduiche" ou outras soluções, para se substituir comportas e sobretudo para meter novos oito pontos de medição que custam cinquenta/cinquenta e cinco mil euros cada um. E também – essa componente é importante - para perceber que não estavam previstas essas obras para a requalificação de alguns quilómetros (16km) de emissários que estão em tubo de grés. Era esse o investimento. Não estava previsto no concurso nenhuma ampliação da ETAR. Não estava prevista nenhuma segunda linha de tratamento que é necessária na ETAR de Ossela. Nem estava previsto eventualmente, ou um novo*

tanque de arejamento, ou mais um tanque de arejamento na ETAR do Salgueiro, ou até uma nova linha de tratamento na ETAR do Salgueiro. Portanto, aquilo que está a acontecer é que efetivamente está a haver um número anormal de descargas nos nossos rios. Tivemos cerca de setenta descargas que prejudicaram o funcionamento da ETAR. Tivemos também em simultâneo a limpeza de um dos tanques de arejamento da ETAR do Salgueiro. E o que é que acontece em Ossela é que efetivamente aquela ETAR está completamente obsoleta. Portanto, para além de ter muita dificuldade em termos de capacidade de tratamento, devia ter uma segunda linha de tratamento que permitisse a manutenção da primeira linha quando fosse necessário. Ou seja, a segunda linha asseguraria as operações de manutenção que são necessárias numa ETAR e que muitas vezes levam a que ela deixe de estar em funcionamento e portanto, esse sim é o trabalho que agora está a ser feito.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “E o que é que vai ser feito Senhor Presidente?” **Senhor Presidente:** “Sempre que chegam à ETAR efluentes que nós percebemos que são efluentes que prejudicam o funcionamento da ETAR, a Associação de Municípios Terras de Santa Maria contacta os municípios, ou as concessionárias em baixa e, naturalmente, contacta a APA e a SEPNA e denuncia essas situações. Porque a Associação de Municípios Terras de Santa Maria não tem funções de fiscalização, embora o que estamos a fazer neste momento contratamos cerca de cinco dezenas de ações de fiscalização, cinquenta e uma ações mais concretamente. Três delas já foram feitas e já tivemos a possibilidade de identificar três empresas que estão a contribuir para o problema. Portanto, agora vamos desenvolver todo o processo de contraordenacional que for necessário. Agora o que é que está ser feito para resolver este problema? Aquilo que deve ser feito. Em vez de utilizarmos meros paliativos, estamos a olhar para o problema de uma forma estruturada, de uma forma séria e por isso contratamos os serviços do Professor Arroja, professor universitário, um dos melhores especialistas que nós temos nestas matérias de tratamento de águas residuais e o Professor Arroja vai desenvolver a solução técnica e o caderno de encargos para um concurso que nós pretendemos lançar que permita precisamente a atualização das duas ETAR’s dotando-as de condições para tratarem dos efluentes de uma forma muito mais eficiente, do que a forma que é tratada hoje. Mas para isso, facilmente percebemos que em vez de investimentos de 1,7 milhões de euros como aqueles que estavam preconizados no concurso de 2016, estaremos a falar de investimentos – é evidente que aquilo que eu estou a dizer é resultado de uma orientação dada por esse técnico especialista sem ter ainda desenvolvida toda a solução técnica – mas que seguramente andarão à volta dos quinze milhões de euros. É uma solução técnica que permitirá requalificar estas duas ETAR’s. Para percebermos a dimensão e a expressão deste número e porque estamos a falar fundamentalmente de uma intervenção ao nível das ETAR’s, nós se olharmos para o número que resultou do investimento na ETAR de Ul, estamos a falar de um número à volta de dois milhões de euros, percebemos que quando estamos a falar de investimentos de quinze milhões de euros, estamos a falar de investimentos que são várias vezes o custo de uma ETAR. Portanto, estamos a falar de uma resposta musculada que permitirá a este nível preparar o concelho para o futuro. É muito importante que os nossos recursos hídricos deixem de ter esta agressão e pressão que estão a ter.

E esta agressão e esta pressão que estão a ter tornam os rios inutilizáveis sob o ponto de vista turístico, sob o ponto de vista do lazer e da qualidade da água. Portanto, este é um problema que tem que ser resolvido e existe neste momento por parte da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, os municípios que estão envolvidos neste sistema de tratamento de águas residuais em alta, a determinação de investirmos para o fazer. Sendo certo que uma boa parte do investimento dirá respeito ao Município de Oliveira de Azeméis, ao Município de São João da Madeira e ao Município de Vale de Cambra porque são os principais utilizadores deste sistema. Espinho e Arouca como sabem está fora e aquilo que Santa Maria da Feira drena para o nosso sistema é absolutamente residual. Na de Ossela é Vale de Cambra drena para lá e é digamos o grande utilizador da ETAR de Ossela. No caso da ETAR do Salgueiro os grandes utilizadores são S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e também Santa Maria da Feira. Este é o trabalho que está ser feito e significa que os municípios vão ser a curto prazo – estamos a falar de um ano, o tempo necessário para lançar uma coisa destas a concurso – na necessidade de discutirmos aqui o processo de financiamento deste importante investimento. É evidente que agora não vamos discutir aqui as fontes financiamento, daqui a pouco estamos a falar do que se vai refletir no tarifário, ou que devia ser suportado pela Câmara, etc... Isto para lhe dizer que aquilo que nós esperamos e por isso já reunimos com o Sr. Eng.º Pimenta Machado, da APA, no sentido de procurarmos – é uma pessoa que talvez em questões hidráulicas do melhor que temos no país – a colaboração dele e o empenhamento pessoal dele na resolução deste problema, porque o Eng.º Pimenta Machado é responsável, enquanto responsável da APA, por muitas coisas boas que se tem feito no nosso país em matéria de recuperação de recursos hídricos e é uma pessoa que está totalmente dedicada à recuperação deste património ambiental extraordinário que nós temos. E que quer no Ave, quer aqui em Oliveira de Azeméis, quer em Sacavém, quer em muitos outros pontos do país nós fomos ao longo dos anos com políticas públicas completamente erradas. Existe este trajeto que está a ser feito e, aquilo que nós esperamos é que tínhamos a possibilidade de no próximo ano em 2021 termos este procedimento concursal preparado para lançar a obra a concurso.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar/autorizar a proposta apresentada. Não participou na votação o Senhor Presidente por se considerar impedido. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **DOAÇÃO DE TERRENOS À APA – ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DE AVEIRO (I/88413/2020) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Por escritura de 13.01.2004 a Câmara Municipal doou à Associação de Patinagem de Aveiro um prédio rústico, sito em Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz 1669, para construção da sua sede – doc.1; Tal doação foi feita com cláusula de reversão no caso de ao terreno ser dado outro destino ou extinção da associação e submetida a registo - doc. 2; Em 23.03.2020 a APA deu entrada nos serviços da Câmara de um pedido que em resumo

refere: - a impossibilidade de ela própria proceder à construção pois as características do terreno implicam a necessidade de uma construção com vários pisos, o que encarece muito custo da mesma; - a ausência de fundos comunitários para este tipo de construção; - solicitando autorização para permutar o terreno recebendo uma ou várias frações destinadas à sede neste terreno ou em terreno contíguo; - cancelamento da cláusula – doc.3 Foi solicitado parecer jurídico – doc. 4 (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Da análise dos considerandos atrás referidos e respetivos documentos resulta que, não obstante não ser necessário a retificação da escritura, impõe-se que o órgão que deliberou a doação decida o requerido, nomeadamente: a) sobre a pretensão da APA, ou seja, decida-se a permuta assegura o interesse público subjacente à doação e não se opõe à mesma. b) Caso não se oponha autorize o cancelamento da cláusula: " a parcela reverterá para o Município com todas as benfeitorias nela construídas sem direito a pagamento de qualquer indemnização caso seja dado outro fim que não o estabelecido na escritura, ou em caso de se verificar a extinção da Associação"; O cancelamento desta cláusula impõe-se uma vez que o financiamento da construção com empréstimo bancário exige o prédio livre de quaisquer ónus ou encargos. Termos em que se remete a presente proposta para deliberar sobre: 1. Autorizar ou não a APA a permutar o terreno doado por escritura lavrada em 13.01.2004, recebendo em troca a fração ou frações necessárias para instalar a sua sede, neste prédio ou em prédio contíguo. 2. Autorizar o cancelamento da cláusula registada e com o teor atrás referido." Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Não participaram na votação a Senhora Vereadora Ana de Jesus e o Senhor Vereador Ricardo Tavares por se considerarem impedidos. =====

===== PROTOCOLO A CELEBRAR COM A APA – ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DE AVEIRO (I/88415/2020) – APROVAÇÃO DE MINUTA: *Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que foi submetida à decisão da Câmara Municipal autorização para a APA permutar o terreno que lhe foi doado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis por escritura de doação em 13.01.2004 com cancelamento da cláusula imposta na escritura; Impõe-se assegurar, no caso de decisão favorável, que as frações que a APA vai receber destinadas à sua sede, o sejam de facto, assim como se impõe que no caso de extinção da Associação as mesmas revertam a favor da Câmara Municipal; Submete-se à aprovação um protocolo, nos termos referidos em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar no dia da entrega do termo de cancelamento da cláusula que recai sobre o prédio doado.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Não participaram na votação a Senhora Vereadora Ana de Jesus e o Senhor Vereador Ricardo Tavares por se considerarem impedidos. =====*

===== VENDA DO LOTE 19 DA AAE À EMPRESA “COVEMA MADEIRAS, LDA.” – ALTERAÇÃO DE TERMOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO APROVADOS EM

REUNIÃO DE 03/10/2019 (I/95983/2020) – APROVAÇÃO: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A proposta de deliberação de aprovação de venda do lote 19 da AAE à empresa Covema Madeiras, Lda., bem como de aprovação da respetiva minuta de contrato de promessa de compra e venda – I/59476/2019; - A comunicação enviada pela empresa demonstrando vontade em adquirir o referido lote por escritura pública – E-mail anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Proponho: – Aprovação da minuta de escritura pública de compra e venda para aquisição do lote 19 por parte da empresa Covema Madeiras, Lda., documento anexo à presente proposta (arquivado em pasta anexa ao livro de atas), concretizando a aprovação de venda aprovada em reunião de Câmara Municipal de 3/10/2019.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 14 DE MAIO DE 2020 QUE APROVOU A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DA SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO N.º 7 DO ARTIGO 89.º DO D.L. N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO – (I/93849/2020):** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Em reunião do órgão executivo de 14 de maio de 2020 ficou aprovado prorrogar o prazo de elaboração da Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal, e submeter, a referida deliberação, a ratificação, na próxima reunião pública da Câmara Municipal, como consta da alínea E) do I/45827/2020 - Proposta de deliberação; 2. Que, nos termos do n.º 7 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial “São obrigatoriamente públicas, todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer plano municipal”. Face à disposição legal supra referida, proponho que seja deliberado o seguinte: A) A deliberação tomada em reunião do dia 14/05/2020 da Câmara Municipal, que aprovou a prorrogação do prazo de elaboração da Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal, seja objeto de ratificação, em cumprimento do disposto no n.º 7 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Em anexo, junto a Proposta de Deliberação I/45827/2020 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar a deliberação de 14 de maio do corrente ano a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES** =====

===== **PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA POSTURA DE TRÂNSITO APROVADA EM 15/04/2020 PARA A RUA PADRE LUÍS GONÇALVES, NA FREGUESIA DE PINDELO E**

SINALIZAR AS RUAS ALTERNATIVAS AO SENTIDO INVERSO DA RUA PADRE MANUEL GOMES DE RESENDE, NA FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO (I/93599/2020) – APROVAÇÃO: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal“, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - A existência de circulação de viaturas pesadas que não conseguem fazer o percurso aprovado; - O pedido registado no E/34626/2020 de António José Barbosa Oliveira e M.ª Hermínia Pinho Castro, que alerta para a conveniência do mesmo servir aos trabalhos no estaleiro de lenhas e madeiras com diminuição de eventuais riscos de contacto desses materiais com paredes e habitações. - O pedido da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo de sinalização adequada (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), para evitar o estacionamento indevido permanente nas ruas do Serro, João da Silva Correia e Professor Doutor Egas Moniz, que são agora a alternativa ao sentido contrário da Rua Padre Manuel Gomes de Resende, atualmente de sentido único norte – sul, em Nogueira do Cravo. Proponho: 1. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para a Rua Padre Luís Gonçalves da Freguesia de Pindelo: a. Retirar o sinal Sentido Obrigatório D1e, que se encontra na rua Padre Luís Gonçalves a seguir ao n.º 26; b. Colocação da placa adicional “a 250 m” no sinal Sentido Proibido C1, na rua Padre Luís Gonçalves antes do n.º 57 em direção ao n.º 463; c. Colocação do sinal Sentido Proibido C1, a seguir ao n.º 333 (logo a seguir à entrada para o armazém). 2. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para as Ruas dos Serro, João da Silva Correia e Professor Doutor Egas Moniz da Freguesia de Nogueira do Cravo: a. Colocação de 6 sinais Estacionamento Proibido C15, no início de cada sentido de trânsito da Rua do Serro; Rua João da Silva Correia e Rua Professor Doutor Egas Moniz; b. Colocação do sinal Passagem Estreita A4a, no início da Rua Augusto da Cunha Figueiredo; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Remeter à Assembleia Municipal. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE APRESENTADO POR TUBIDRAUZ – COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE TUBOS HIDRÁULICOS, LDA. (I/94177/2020) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que, apesar de constar no Regulamento de Publicidade do Município de Oliveira de Azeméis, no seu artigo 8º, a possibilidade de delegar no Presidente e

subdelegar no Vereador, a competência para a decisão final sobre o pedido de licenciamento da publicidade que é da Câmara Municipal, tendo sido constatada a inexistência de lei habilitante que suporte tal possibilidade, E mais considerando que, nos termos do n.º 2 do art.º 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, sob a epígrafe “Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda”, compete à Câmara Municipal deliberar quanto ao pedido de licenciamento da publicidade, bem como ao pedido de renovação da licença, Proponho que seja deliberado deferir o pedido de licenciamento de publicidade em anúncio luminoso/totem, por 1 ano, na sequência do parecer técnico favorável emitido à pretensão, conforme documento relacionado (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Requerente: Tubidrauz - Comércio e Reparação de Tubos Hidráulicos, Lda. O valor das taxas a liquidar é de 407,49€.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ATRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE APOIO SOCIAL E ECONÓMICO NO CONTEXTO DO COMBATE À PANDEMIA COVID-19 DESTINADAS A ENTIDADES E PARCEIROS (I/94295/2020) – APROVAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando, - Que na reunião de Câmara Municipal de 30 de abril de 2020, foi aprovado o Quadro de Medidas Excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal – Covid 19, anexo à Proposta I/44077/2020; -Que em 14 de maio de 2020, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal a Norma para atribuição das Medidas Excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal Covid-19, estando considerada a Medida 2 - Apoio ao movimento associativo e formação aos clubes desportivos e Associações – no montante de €20.000,00 (vinte mil euros); -Que na reunião de Câmara Municipal de 23 de julho de 2020, foi aprovada a prorrogação do prazo até 31 de agosto de 2020, para as candidaturas à Medida 2 – Apoio ao movimento associativo e formação aos clubes desportivos e Associações; - Que o Município de Oliveira de Azeméis está fortemente empenhado em ser um agente solidário importante, ativo e com capacidade nos processos de Combate à Pandemia do Covid-19, conducentes a minorar as dificuldades e reduzir o impacto das medidas restritivas adotadas, de forma a atenuar os seus efeitos subseqüentes, importando, por isso, reforçar, no presente, as medidas de apoio social, ao movimento associativo e às freguesias; - A necessidade de materializar, ao abrigo dos princípios basilares da legalidade (art.º 3.º do CPA), do interesse público (art.º 4.º do CPA), da igualdade e proporcionalidade (art.º 6.º e 7.º do CPA), da justiça e razoabilidade (art.º 8.º do CPA), da imparcialidade e da boa-fé (art.º 9.º e 10.º do CPA), da boa administração (art.º 5.º do CPA) e da prudência de gestão, quatro (4) das medidas destinadas a Entidades e Parceiros, no valor total de € 74.000,00 (setenta quatro mil euros). - Que tem sido política municipal recusar modelos de subsídio pura, optando-se por apoiar o tecido social, desportivo e cultural da cidade através de programas específicos que apoiem mais diretamente a atividade, a criação de conteúdos ou de serviços que correspondam ao interesse público mas, face à excecionalidade do momento que vivemos, muitas das associações confrontam-se com graves dificuldades para solver os seus compromissos, dado que muitas se

viram numa paragem forçada e ao cancelamento de atividades que são a sua fonte de receita. - Que esta matéria está excluída da contratação, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c)) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de agosto e posteriores alterações; Assim ao abrigo das alíneas f), g), h), j), e m) do número 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e u) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, posteriores alterações; Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: - A atribuição de €200,00 (duzentos euros) a cada entidade constante do Anexo I (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), que apresentaram candidatura à Medida 2, bem como a declaração atestando a redução de receitas pela suspensão e cancelamento de atividades, procedendo-se ao pagamento imediato; Os encargos resultantes do referido nos pontos acima estão suportados em termos orçamentais de fundo disponível n.ºs 1402;1403; 1405; 1406; 1407; 1408; 1409; 1410; 1411; 1414; e 1415 de 2020, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== REUNIÃO PÚBLICA MENSAL - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =====

===== Não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º3, e para efeitos do disposto no n.º4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12 horas e 25 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, _____, na qualidade de secretária a redigi. =====